



TERMOS AMBÍGUOS DO DEBATE POLÍTICO ATUAL

Pequeno dicionário que você
não sabia que existia



Termos ambíguos do debate político atual: pequeno dicionário que você não sabia que existia

Realização: Observatório de Sexualidade e Política (SPW) e Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UFRJ

Coordenação: Sonia Corrêa

Revisão: Claudio de Alencar Padua

Ilustrações e capa: Carol Ito (@carolito.hq)

Projeto gráfico: Agência FW2 / <http://www.fw2.digital>

ISBN: 978-65-87854-13-7

O Observatório de Sexualidade e Política (SPW) é um projeto da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA).

Av. Presidente Vargas, 446, 13º andar
Rio de Janeiro/RJ – 20.071-907 – Brasil
Telefone: +55 21 2223-1040
Site: <https://sxpolitics.org/ptbr/>



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Termos ambíguos do debate político atual [livro eletrônico] : pequeno dicionário que você não sabia que existia / coordenação Sonia Corrêa ; ilustração Carol Ito. -- Rio de Janeiro : Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2022.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-87854-13-7

1. Ciências políticas 2. Conservadorismo
3. Eleições - Dicionários 4. Gêneros - Estudos
5. Linguística - Dicionários 6. Política - Brasil
7. Política - Dicionários 8. Sociolinguística
I. Corrêa, Sonia. II. Ito, Carol.

22-107792

CDD-324.03

Índices para catálogo sistemático:

1. Debate político : Dicionários : Ciência política
324.03

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-6/7964

Sumário

Autoras e autores	04
Para começo de conversa	06
"Ideologia"	10
"Politicamente Correto"	18
"Marxismo Cultural"	25
"Ideologia de gênero"	33
"Feminismo"	40
"Racismo Reverso"	48
"Cristofobia"	58
"Patriotismo"	65

Autoras e Autores

"IDEOLOGIA" E "MARXISMO CULTURAL"

Sonia Corrêa é ativista e pesquisadora nos temas de gênero, sexualidade, saúde e direitos humanos desde a década de 1970. Com Richard Parker, coordena o Observatório de Sexualidade e Política/Sexuality Policy Watch (SPW), um programa da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). Coordena o projeto de pesquisa transnacional "Políticas Antigênero na América Latina" e foi pesquisadora visitante do Departamento de Gênero da London School of Economics.

"POLITICAMENTE CORRETO"

Nana Soares é jornalista e pesquisadora com foco em gênero e sexualidade. Mestre em Gênero e Desenvolvimento pela University of Sussex, é assistente de comunicação e pesquisa no Observatório de Sexualidade e Política/Sexuality Policy Watch (SPW).

"IDEOLOGIA DE GÊNERO"

Rodrigo Borba é docente do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi pesquisador visitante da Universidade de Londres, da Universidade de Birminham e da Universidade de Oxford. Tem diversos artigos e livros publicados no país e internacionalmente. É co-editor do periódico Gender & Language.

"FEMINISMO"

Carla de Castro Gomes é socióloga. Atualmente, é pesquisadora de pós-doutorado do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, da Unicamp, e bolsista Fapesp (2019/05044-2). Estuda movimentos sociais feministas e conservadores.

"RACISMO REVERSO"

Fátima Lima é antropóloga, professora associada do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, professora do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada PIPGLA/UFRJ, professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais PPRER/CEFET/RJ, coordenadora do "ORI - grupo de pesquisa em raça, gênero e sexualidade", e colaboradora da ONG Casa das Pretas.

"CRISTOFOBIA"

Janaina Tavares é evangélica, moradora da Baixada Fluminense e atuante na área de Cultura, produção cultural e audiovisual. Licenciada em Letras/Espanhol pela UFRRJ - IM. Pesquisa Letramentos e Narrativas de sobrevivência e esperança no Coletivo de Estudos de Letramentos Contemporâneos (CELeC) e no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada na UFRJ, como mestranda.

"PATRIOTISMO"

Raquel Rodrigues atua, no momento, como coordenadora de comunicação do blog <http://contxt.lettras.ufrj.br/> criado pelo Núcleo de Estudos em Discursos e Sociedade (NUDeS), do qual também participa. Doutoranda e mestra em Linguística Aplicada pelo PIPGLA (UFRJ), é professora de inglês na rede federal de ensino básico, técnico e tecnológico e mãe de dois jovens estudantes.

TRADUÇÃO INTRALINGUISTICA - DICIONÁRIO VERSÃO JOVEM

Janine Pimentel é PhD em Estudos da Tradução pela Universidade de Montreal desde 2012 e Professora Adjunta no Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 2014. Atua no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da mesma faculdade e lidera o grupo de pesquisa NET - Núcleo de Estudos da Tradução da UFRJ, cadastrado no CNPq.

Raphael Ferreroni é tradutor freelancer e estudante do curso de Licenciatura em Letras: Português-Inglês na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como monitor de idiomas no projeto de extensão CLAC - Cursos de Línguas Abertos à Comunidade e é integrante do grupo de pesquisa NET - Núcleo de Estudos da Tradução, ambos da UFRJ.

Para começo de conversa

Este pequeno dicionário de termos ambíguos do debate político atual surgiu de uma insatisfação e de uma autocrítica. Durante as eleições de 2018 e 2020, candidatas e candidatos de um amplo espectro político se mostraram incapazes de responder, de maneira direta e informada, às acusações de propagarem “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”. Isso pode ser ilustrado por uma cena das eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2020. Em debate na TV, Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus que tentava a reeleição, acusou Eduardo Paes de propagar “ideologia de gênero”. Paes, ao invés de responder séria e serenamente, mudou de assunto, para atacar e debochar de Crivella. A discussão lamentavelmente desaguou num bate-boca sem fim. Perdeu-se aí uma oportunidade de explicar ao eleitorado de onde vem e para que servem ‘ideologia de gênero’ e outros bordões que frequentemente a acompanham.

Como sabemos, os termos “ideologia de gênero”, “politicamente correto”, “marxismo cultural”, “racismo reverso”, entre outros, têm circulado com intensidade no debate político nacional da última década. Assim como se viu no embate entre Crivella e Paes, esses termos geralmente têm a função de categorias de acusação - e não apenas as figuras políticas têm dificuldade de responder a essas acusações sem fúria e sem deboche. Conversas entre familiares, colegas de trabalho, amigas e amigos, nas quais esses termos aparecem, se transformam em brigas nas quais todo mundo perde. Daí vem nossa insatisfação.

Esses termos são compostos por palavras simples e conhecidas, mas carregam sentidos ambíguos que não estão nos dicionários. Por exemplo, o dicionário Aurélio *online* diz que “patriota” é um adjetivo que se refere a quem “ama, protege e guarda a pátria.” Simples, não? Contudo, no Brasil dos últimos tempos, se dizem “patriotas” as pessoas que fazem ameaças às instituições democráticas de nosso país, clamam pelo fechamento do Superior Tribunal Federal e por intervenção militar. Essa multiplicidade de sentidos explica, em parte, porque é tão difícil discutir esses termos, seja na vida pública ou na vida privada. Também não é fácil saber de onde vem esse vocabulário, quem o criou e por quais motivos.

Estávamos tentando lidar com essas inquietações, quando tivemos acesso a um dossiê acadêmico francês, publicado pela *Reviste Nouvelle* sobre os novos lugares comuns da direita. Editada por Renaud Maes e David Patternote, a coletânea oferece informação e análise qualificada sobre as origens e circulação transnacional do vocabulário de que estivemos falando, que aliás é praticamente o mesmo na França e no Brasil.

Para começo de conversa

Embora o dossiê francês tenha inspirado a elaboração deste pequeno dicionário, adotamos aqui uma proposta menos acadêmica. Seu objetivo é a divulgação de conhecimento qualificado para um público mais abrangente. Como pesquisadoras e pesquisadores que atuam no contexto político brasileiro, consideramos que o conhecimento acadêmico sobre o novo vocabulário do conservadorismo e da direita é muito valioso. Só que ele nem sempre chega ou não é absorvido pela maioria da população que é hoje a audiência principal desses discursos, sobretudo nos canais digitais.

Essa lacuna está na origem da nossa autocrítica. A dificuldade de divulgar conhecimento científico em linguagem direta para a população compromete a elaboração de respostas adequadas às acusações que esse vocabulário mobiliza. Há muitos exemplos disso: docentes denunciadas por difundir “ideologia de gênero”, artistas que sofrem ataques e ‘cancelamentos’ por propagarem “marxismo cultural”, jornalistas tachadas de “politicamente corretas”, e ativistas do movimento negro recebendo ameaças de processos por “racismo reverso”.

O objetivo deste dicionário é disseminar conhecimento científico sobre os termos ambíguos que permeiam o debate político atual em uma linguagem descomplicada que possa chegar a um público amplo. Estudantes de graduação (profissionais em formação, portanto) são nosso público-alvo primário. Mas também pensamos em docentes de ensino médio, influenciadoras e influenciadores digitais, jornalistas, ativistas, mães e pais... enfim, pessoas que querem entender melhor a cacofonia de discursos em que o Brasil está mergulhado.

Em 2020, logo após as eleições municipais, Sonia Corrêa, coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política (SPW), convidou Rodrigo Borba, professor do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ, para uma reflexão conjunta sobre o novo vocabulário do conservadorismo e da direita no Brasil e no mundo. Juntou-se à iniciativa Janine Pimentel, que também leciona no mesmo programa da UFRJ. Desde março de 2021, uma equipe composta por linguistas aplicadas, tradutoras, sociólogas e antropólogas trabalhou na elaboração dos textos que compõem este dicionário. A escolha dos verbetes foi motivada por sua recorrência e importância no debate político nacional. Devido à ambiguidade dos bordões, eles aparecem aqui entre aspas, exceto quando utilizados em citações diretas. Com isso, buscamos distinguir o uso crítico que fazemos dessas expressões da forma como são empregadas por seus propagadores.

Para começo de conversa

Nosso maior desafio foi combinar consistência teórica e conceitual, concisão e adequação da linguagem para o público-alvo. Desde o início do projeto, fizemos reuniões semanais durante as quais os verbetes por nós produzidos eram lidos, discutidos e reescritos com vistas a torná-los mais acessíveis. Foram estabelecidos dois critérios para isso. O primeiro é o estilo descomplicado. E o segundo é a extensão dos textos, que têm em torno de duas mil palavras.

Linguagem simples e concisão, porém, não significam superficialidade. Todos os verbetes possuem profundidade histórica e complexidade conceitual, mas o fazem sem floreios e cacoetes acadêmicos que acabam deixando o texto difícil para não especialistas. Os verbetes não pretendem exaurir os temas, mas oferecem uma discussão sólida, teoricamente embasada, fornecendo subsídios para seu aprofundamento. Podem ser facilmente adaptados para atividades em sala de aula ou servir de roteiro inicial para *podcasts*, por exemplo. Os verbetes compõem um todo coeso, mas também fazem sentido isoladamente. Estão organizados em uma ordem que facilita o entendimento de suas conexões. Temos planos de traduzir o conteúdo dos verbetes em outras linguagens e mobilizar debates populares em torno de seu conteúdo em produtos digitais, podcasts, conversas com influenciadoras e influenciadores, entre outros.

Foi pensando nos diversos usos que podem ser feitos deste pequeno dicionário que os verbetes seguem uma estrutura que facilita seu entendimento. Todo verbete abre com um cartum que resume seu argumento central. O termo ambíguo em questão é então introduzido por um evento do debate político contemporâneo em que esteve presente. Utilizamos exemplos cotidianos retirados das redes sociais, da TV aberta ou de jornais, com o intuito de ilustrar os usos atuais que são feitos dos bordões e seus efeitos. Após apresentar como os termos aparecem no debate político atual, cada verbete narra suas origens, rastreia seus aparecimentos em diferentes momentos históricos, resgata os principais sujeitos e instituições nacionais e internacionais que o propagam e analisa seus efeitos. Dessa forma, cada verbete tem um tom narrativo que possibilita capturar os momentos em que os termos foram criados ou ressignificados e que tornam esses bordões politicamente eficazes. A conclusão resume os pontos principais e traz elementos para se repensar os termos com vistas a provocar um debate mais amplo sobre seus usos e abusos. Os verbetes trazem ainda sugestões de leituras para aprofundamento da questão.

Com o objetivo de atingir um público ainda maior, decidimos elaborar uma segunda versão do dicionário para pessoas mais jovens. Ou seja, decidimos fazer o que se chama tradução intralinguística. Todos os textos da primeira versão foram

Para começo de conversa

muito condensados e reescritos em linguagem acessível, usando critérios científicos. Para isso, recorremos a uma ferramenta que calcula de forma automática o grau de facilidade de leitura de um texto. Essa ferramenta, chamada Coh-Metrix-Port 3.0, permitiu avaliar se nossas traduções intralinguísticas eram mesmo adequadas para leitoras e leitores de ensino médio. Nosso desafio na segunda parte do projeto era duplo. Por um lado, era necessário resumir o conteúdo de verbetes que já eram uma síntese de muitas leituras e fontes de pesquisa. Por outro lado, a aplicação dos critérios de acessibilidade e adequação textual necessitava de uma linguagem bastante diferente do que costumamos usar na academia.

É preciso dizer que este é um projeto em andamento. Nem todos os termos que circulam no debate nacional foram incluídos nesta primeira edição, e sabemos que já há novos bordões circulando em outros contextos. Uma novidade no Brasil é, por exemplo, “liberdade”, que desde 2020 tornou-se central em discursos contra medidas de prevenção à covid-19, especialmente as vacinas. E olhando o que acontece fora do país, não é absurdo prever que em breve vamos assistir por aqui a ataques contra “interseccionalidade”, “teoria decolonial” e “teoria crítica de raça”. À medida que novos bordões se tornarem relevantes no debate político atual, serão incluídos no dicionário.

Esse vocabulário ambíguo prospera porque ‘faz sentido’, cria sentimentos de pertencimento e é difundido de forma amigável e simplificada, mesmo que descreva fenômenos ou realidades bastante complexas. Por isso, é tão difícil desconstruir o tom acusatório e os pânico políticos e morais causados pelos termos abordados neste dicionário. Este projeto nasceu de nossa convicção de que essa é uma tarefa possível. Para isso, é necessário abrir diálogos com as pessoas que têm absorvido e replicado essas mensagens sem saber de onde vêm e a que se destinam. Que este pequeno dicionário possa ajudar a construir essas pontes de que tanto precisamos.

Boa leitura!

“Ideologia”



“**D**urante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto. A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou. (Trecho do discurso de Jair Bolsonaro, na abertura da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2019).

Origem da palavra: Do grego, *idea* que significa imagem e *logos*, pensamento.

“Ideologia” é uma palavra comum, daquelas que a gente lê ou ouve e acha que sabe exatamente o que é. Mas não é bem assim. Ideologia é um conceito denso e complicado. Nenhuma outra categoria política é empregada com sentidos tão diversos e contraditórios. O filósofo inglês Terry Eagleton, por exemplo, lista 16 significados possíveis para ideologia. Este verbete não pretende abordar essa complexidade; apenas faz uma breve jornada através da invenção e reinterpretação do conceito. Nesse passeio, paramos em estações que nos ajudam a entender por que “ideologia” é tão importante e tão central no cenário político atual.

A RELAÇÃO ENTRE IDEIA E MATÉRIA

A divisão entre “esquerda” e “direita” se estabeleceu no vocabulário político no final do século 18, durante a revolução francesa, porque era assim que as forças políticas, conservadoras e revolucionárias se sentavam na assembleia. Foi então que Destutt de Tracy criou o conceito de ideologia como uma “ciência das ideias”. Ou seja, um método científico para examinar como as ideias surgem, se reproduzem e desaparecem. Os intelectuais que usavam o termo eram chamados de ideologistas. Após a restauração da monarquia, Napoleão os acusou de subverter a moralidade e o patriotismo com suas especulações inúteis (conferir verbete Patriotismo). Foram, sobretudo, atacados pelo imperador porque se opunham à restauração da escravidão e à inclusão do ensino religioso na educação pública. Esse ataque estava alinhado com outras reações conservadoras frente à revolução.

Na segunda estação dessa excursão, poucas décadas mais tarde, encontramos Marx e Engels refletindo intensamente sobre ideologia. O que escreveram sobre o assunto está espalhado em muitos textos. Os mais importantes são a *Ideologia*

“Ideologia”

alemã, o prefácio da *Introdução à economia política* e alguns trechos do famoso *O Capital*. Simplificando muito, essas elaborações comportam uma tese e duas linhas de interpretação.

Segundo Marx e Engels, a separação entre ideias e matéria, presente nas teses originais sobre o que é ideologia, é artificial. Para eles, não é a consciência que determina a existência humana, mas sim as condições materiais da existência humana que determinam as consciências. Daí se desdobra a primeira vertente de interpretação: ideologia é como um véu que encobre a dominação e a exploração inerentes ao capitalismo, mistificando o papel que estado e religião desempenham nesse mascaramento, ou seja, falsificação ou falsa consciência. Marx e Engels também usam o conceito para examinar o surgimento e a organização das ideias que explicam o mundo e sustentam suas desigualdades e injustiças.

Ainda hoje, o termo ideologia é usado para, de um lado, criticar a falsa consciência e, de outro, para analisar ideias, instituições e práticas sociais que sustentam a relação das pessoas entre si e delas com o mundo. A relação entre ideologia e linguagem ilustra bem essa relação. No livro *A questão da ideologia*, o filósofo Leandro Konder nos diz que as palavras refletem os valores das sociedades e suas estruturas desiguais. Já o linguista estadunidense John McWhorter considera que mesmo se as palavras não determinam, elas empurram as ideias em certas direções.

Essas elaborações foram vigorosamente repudiadas pelos defensores da ordem estabelecida, foram criticadas por vozes seculares e, como lembra Gabriela Arguedas, também por documentos papais da segunda metade do século XIX. Nesses embates, se instala a falsa equivalência entre ideologia e marxismo. Para falar de ideologia, é preciso falar de Marx e Engels, mas, como vimos, o conceito foi inventado por Tracy, um intelectual do liberalismo político. E, como veremos a seguir, depois de Marx, o conceito vem sendo usado e revirado por pensadoras e pensadores situados nos pontos mais diversos do espectro político.

A SIMPLIFICAÇÃO DA IDEOLOGIA

Nessa rota, precisamos estacionar nos tempos que vão desde o surgimento dos partidos políticos socialistas até a revolução russa de 1917. Foi nesse período, em particular no processo revolucionário, que se estabeleceu a interpretação marxista leninista de ideologia. Essa interpretação se baseia na tese de Lênin segundo a qual as relações econômicas (“infraestrutura”) prevalecem sobre as ideológicas (“superestrutura”), sedimentando uma concepção dual e economicista de ideologia.

“Ideologia”

Nessa passagem, a crítica marxista original do estado como estrutura de dominação ideológica foi esvaziada. Mais tarde, o stalinismo fixou uma visão historicista e dogmática, ainda mais esquemática. Nessa visão, o marxismo, como “ideologia do proletariado”, se opõe à “ideologia burguesa”. Ao mesmo tempo, no mundo capitalista, em particular no campo do fascismo emergente, se cristalizavam discursos anticomunistas extremados. Essa polarização sobreviveu aos tempos e assumiu contornos ainda mais extremos quando nos anos 1940 se instalou a Guerra Fria. Como veremos a seguir, desde então, o debate sobre ideologia tomou muitas novas direções, mas os espectros dessa polarização não desapareceram nem mesmo após a queda do muro de Berlim em 1989.

OUTRAS MANEIRAS DE DEFINIR IDEOLOGIA

Desde a primeira metade do século XX, muitas autoras e muitos autores do campo da esquerda se dedicaram a pensar e repensar a questão da ideologia. A lista inclui Rosa Luxemburgo, Georg Lukács, Antonio Gramsci, Theodor Adorno e, depois da Segunda Guerra, Herbert Marcuse e Louis Althusser, entre outras e outros.

No contexto deste dicionário, Antonio Gramsci, pensador socialista italiano, é uma referência incontornável. Perseguido e condenado pelo regime de Mussolini, Gramsci produziu o conjunto principal de sua obra na prisão, onde morreu. Suas elaborações sobre ideologia estão marcadas pela experiência do fascismo, que contava com a adesão de grande parte da população. Essa adesão não podia ser explicada exclusivamente pela exploração econômica ou pela dominação de classe. Gramsci viveu uma realidade política catastrófica que exigia novos modos de pensar o problema da ideologia.

Ele criticou a concepção de ideologia como mera falsificação, assim como sua interpretação economicista. Para Gramsci, toda existência humana tem dimensões políticas, mesmo quando elas não são reconhecidas. Sobretudo, não há política sem ideologia. Por isso, ele revalorizou e enriqueceu o conceito de ideologia, que descrevia como “um teatro das ideias”. Nesse palco, a conexão entre ideias, por um lado, e a materialidade da condição humana, por outro, não é linear ou mecânica. Não é uma mera relação de causa e efeito.

Nos escritos de Gramsci, ideologia é muito mais que dominação econômica. É produzida e preservada em formações culturais, na memória histórica, na arte, nos meios de comunicação e também no senso comum. Sobretudo, para Gramsci, as disputas pelos projetos de sociedade e de mundo se dão em toda parte: no “chão

das fábricas”, para usar uma imagem clássica, mas também na vida privada, nas comunidades religiosas, nas escolas, nos aparatos estatais, nas manifestações artísticas e nos debates da esfera pública.

A partir dos anos 1960, Gramsci seria resgatado como pensador do socialismo democrático, pois seu pensamento oferecia instrumentos potentes para criticar tanto o autoritarismo do socialismo real quanto a dominação e exploração que persistiam no mundo capitalista. Suas ideias impulsionaram reformulações do pensamento progressista das quais falaremos a seguir. Também influenciaram processos políticos de redemocratização na Espanha, Portugal e na América Latina. E, paradoxalmente, também fertilizariam a reorganização política do campo conservador a partir do final dos anos 1970.

O “FIM DA IDEOLOGIA”?

Vamos parar de novo no período entre os anos 1970 e 1990, quando os debates extremamente polarizados sobre ideologia assumiram novos contornos. No lado esquerdo do espectro político, o determinismo historicista e o dogmatismo economicista do marxismo foram questionados. As elaborações sobre ideologia se deslocaram para a linguagem, o discurso, os símbolos, as instituições, as normas. Essa virada parte do entendimento de que as visões de mundo não podem ser dissociadas de como nomeamos o que vemos - ou seja, o que se define como real, objetivo ou material.

A crítica ao capitalismo não foi abandonada, mas novas lentes de leitura foram adotadas para examinar o que essa crítica deixava escapar, como as assimetrias entre as raças, os gêneros e sexualidades, que não podem ser exclusivamente explicadas pela dominação econômica. Também passam a ser examinados os efeitos de exclusão e hierarquização, produzidos por instituições, discursos e práticas até então considerados como isentos de ideologia. Um exemplo é a maneira pela qual o conceito de sexo é construído pela lei e pela biomedicina. Ou seja, concepções científicas e legais estabelecem definições de sexo que posteriormente são vista como naturais na vida social. São muitas as perspectivas que impulsionaram esse deslocamento. Elas incluem Foucault e Deleuze, mas também teóricas feministas como Joan Scott, Gayle Rubin, Judith Butler e pensadoras e pensadores da questão racial, como Stuart Hall.

Concomitantemente, à direita e ao centro do espectro político, Daniel Bell, Raymond Aron, e Seymour Lipsiet escreviam sobre “o fim das ideologias”. Para esses

“Ideologia”

autores, a polarização ideológica extrema entre capitalismo e socialismo era um “tigre de papel”. Segundo suas teses, desde a segunda guerra, as diferenças entre os dois sistemas estavam se diluindo. Ambos os sistemas compartilhavam o mesmo modo de produzir - o industrialismo - e garantiam condições de bem estar social equiparáveis. E, sob o impacto da burocracia e das novas tecnologias, suas esferas políticas e sociais se tornavam cada vez mais homogêneas. Esse enquadramento deixava escapar, entre outras coisas, o problema das desigualdades, inclusive entre esse “mundo industrializado e de bem estar” e o resto do planeta.

Com o fim da Guerra Fria (1989-1991), as teses sobre o “fim da ideologia” convergiram para o anúncio retumbante do “fim da história”, que instalou no imaginário político global o “realismo conformista do possível”.

A “IDEOLOGIA” RETORNA PELA DIREITA

Na turbulência intelectual de que fala a seção anterior, “ideologia” parecia estar perdendo vigor, mas, de maneira intrigante, a partir do final dos anos 1970, seu uso seria reativado à direita do espectro político. Esse ressurgimento, analisado no verbete “Marxismo Cultural”, tem sido interpretado como um giro gramsciano da direita. Nesse deslocamento, a partir de uma releitura de Gramsci, atores neoconservadores religiosos, sobretudo católicos, mas também aqueles e aquelas vinculados à direita secular, passaram a investir, pesadamente, em disputas culturais pela hegemonia política. Trinta anos mais tarde, os efeitos político-eleitorais desse investimento se mostrariam flagrantemente rentáveis na Europa e na América Latina, e também nos EUA (ainda que com características um pouco diferentes).

Hoje, no Brasil, e em muitos outros contextos, essas forças usam e abusam do termo “ideologia” como acusação de falsa consciência ou falsificação, sendo exemplo disso o bordão “ideologia de gênero” (conferir verbete). Algumas vozes da direita secular, evocando os pensadores do “fim da ideologia”, também condenam posições “ideológicas” como sendo “paixões infundadas” que já não teriam cabimento nas condições pragmáticas da política dos dias de hoje. O termo é usado por essas forças para fazer supor que quem propaga “ideologia” são sempre os outros, pois elas mesmas seriam ideologicamente neutras, isentas de vieses ideológicos. Esse é, aliás, o tom do discurso citado no início deste verbete.

CONCLUSÃO

Qual é a relação entre o “politicamente correto” e “marxismo cultural”? Ou entre “ideologia de gênero” e “crisofobia”? Ou mesmo entre “racismo reverso” e

“Ideologia”

“patriotismo”? Na superfície, parece não haver nenhuma relação, mas quando se olha mais de perto, percebemos que não é bem assim. O objetivo deste verbete é mostrar onde está a conexão. Esses vários bordões podem ser descritos como ramos de uma mesma árvore, cujo tronco é a confusão criada pelos neoconservadores e a nova direita em torno do conceito de “ideologia”. Para criar essa confusão, a complexidade do conceito foi esvaziada e o vazio resultante tem sido preenchido com fragmentos contraditórios das muitas interpretações de “ideologia” de que falamos nas seções anteriores. Resulta daí um espantalho, vestido com farrapos de Marx, Engels, Gramsci, da Escola de Frankfurt, do pensamento feminista e da teoria crítica de raça. Mas, quando viramos essa roupagem pelo avesso, encontramos um forro tecido com muitas vertentes do pensamento conservador, cujas fontes, autoras e autores, contudo, nem sempre são citados.

Uma dessas fontes parece ser, por exemplo, Vilfredo Pareto, pensador italiano do final do século XIX e começo do século XX. Segundo Pareto, ideologia é sempre uma deformação decorrente de sentimentos e crenças individuais e não pode nunca ser interpretada como efeito de estruturas sociais e políticas. Na sua visão de mundo, a natureza humana é primitiva, emocional e imutável, e a democracia uma fraude. Pareto também afirmava que os mais fortes terão sempre a melhor parte e que os mais fracos devem morrer para que a sociedade não se degenera. Soa familiar, não é mesmo?

“Ideologia”

PARA SABER MAIS

Arguedas, G. (2020). *“Ideología de género”, lo “post-secular”, el fundamentalismo neo pentecostal y el neointegrismo católico: la vocación antidemocrática* [“Ideologia de gênero”, o “pós-secular”, o fundamentalismo neopentecostal e o neointegrismo católico]. Observatório de Sexualidad y Política -SPW. <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Apartado%2020200203.pdf>

Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de Política*. Fundação Universidade de Brasília. Acessível em. <https://bit.ly/3uejwy3>

Coutinho, C.N. (2011). *O Leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira

Dos Santos, B. (Ed). (2012). *Dicionário da Crise e das Alternativas*. Almedina. Coimbra. Acessível via academia.edu

Eagleton, T. (1997). “Introdução”. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo. Boitempo. Acessível em <https://sxpolitics.org/ptbr/ideologia-uma-introducao/12154>

Konder, L. (2002). *A questão da Ideologia*. São Paulo. Companhia da Letras

Marx, K, & Engels, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. Boitempo. São Paulo.

“Politicamente Correto”



“Politicamente Correto”

- *Tamo de volta. Essa latinha ficou animal!*

- *Sshh! Não fala assim não, meu irmão, algum animal pode se ofender.*

- *O mundo anda muito sensível...*

Este é o diálogo que abre um comercial de 2016, de uma grande marca de refrigerantes. Nele, dois limões - personagens publicitários emblemáticos da marca e que tinham o sarcasmo como característica - ironizam o “politicamente correto” (conferir verbete) da sociedade. O comercial recebeu mais de 50 queixas, foi julgado e arquivado pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar).

O caso suscitou muitas discussões sobre o “politicamente correto” no país. Aliás, este é um termo debatido com intensidade, tanto no campo da linguística quanto da política, há décadas; no Brasil, especialmente desde os anos 90. As discussões sobre a adequação e necessidade (ou não) do “politicamente correto” colocam em xeque diferentes visões sobre a linguagem e sobre como ela se relaciona com o mundo. O próprio sentido político atribuído ao “politicamente correto” mudou ao longo do tempo e atualmente ele possui forte tom acusatório. É um termo predominantemente acionado por quem o critica, e não por quem o defende. Por isso, embora os debates sobre sua necessidade sejam vastos, legítimos e necessários, é importante entender quais os sentidos e intenções de alguém que usa o “politicamente correto” como crítica, ironia ou acusação. É isso que esse verbete pretende fazer.

O QUE CHAMAM DE “POLITICAMENTE CORRETO”?

Uma pessoa acusada de agir de maneira “politicamente correta” está sendo acusada de agir de maneira autoritária, sem espaço para críticas ou discordâncias ou, então, de ser alguém excessivamente preocupado com questões de menor importância. Nas palavras da sociolinguista Deborah Cameron, os “politicamente corretos” são conhecidos pela insistência em substituir usos que consideram insultantes para vários grupos discriminados. No Brasil de hoje, o “politicamente correto” é situado em oposição à liberdade de expressão e vinculado a outros termos acusatórios como “patrulha”, “perseguição”, “ditadura” e “cancelamento”. A liberdade de expressão é frequentemente invocada para defender ou justificar declarações que ofendem os “politicamente corretos”, como é muito comum em debates sobre os limites do humor. Na perspectiva de quem critica o “politicamente correto”, a liberdade de expressão é um direito individual absoluto, mesmo que normas legais nacionais e internacionais reconheçam que esse direito pode ser restringido quando causa dano a outras pessoas.

“Politicamente Correto”

O ataque ao “politicamente correto” está frequentemente associado a uma postura contra o “sistema”, que, segundo quem acusa, seria dominado pelo “politicamente correto”. É exatamente a ideia do comercial de refrigerante que abriu este texto. Seus idealizadores entendiam que a marca era “desafiadora, a favor do que é inusitado e fora do comum” e que por isso fugia do “politicamente correto”. William Lind, autor estadunidense muito ativo nesse campo de batalha, afirma que o “politicamente correto” é mera manifestação do “marxismo cultural” que dominaria inúmeras instituições das democracias liberais, em especial as universidades (conferir também o verbete Marxismo Cultural). Para Lind, desafiar o “politicamente correto” é contestar os poderes vigentes.

MUDANÇAS DE SENTIDO

Nem sempre foi assim. No fim do século XVIII, nos EUA, o termo significava exatamente o oposto. Ou seja, era usado para denotar visões e ações políticas corretas e justas. Um sentido equivalente também prevaleceu na União Soviética, quando o termo se aplicava a visões e ações que estavam de acordo com a “linha correta” do Partido Comunista, mesmo quando pudessem ser eticamente contestáveis. Nos EUA dos anos 1960, estudantes universitárias e universitários de esquerda começaram a criticar e contestar o machismo e o racismo como práticas politicamente incorretas. Duas décadas mais tarde, o “politicamente correto” seria apropriado pela direita como categoria de acusação para reagir a essas críticas.

Nos anos 1990, o termo já era usado por autoridades públicas. Dez anos mais tarde, foi acoplado em definitivo ao “marxismo cultural”. Segundo William Lind, se os bolcheviques usavam o termo para definir a linha correta do partido, nos EUA do século XXI o “politicamente correto” seria a linha correta ou imposição política do “sistema”.

No Brasil, o termo se popularizou a partir dos anos 1990 e ganhou maior visibilidade no início dos anos 2010, culminando no uso político que a expressão tem hoje. Os pesquisadores Amadeu de Oliveira Weinmann e Fábio Vacaro Culau condensam essa trajetória em três momentos principais: os anos 1990, 2004 e os anos 2010.

Na década de 1990, surgiram os primeiros artigos acadêmicos e de imprensa sobre a questão. Embora houvesse polarização, não havia repúdio ao termo. O antropólogo Luiz Eduardo Soares, por exemplo, atribuiu à misoginia, ao racismo e à homofobia presentes na sociedade brasileira a repulsa que começava a se manifestar contra o politicamente correto. Já o linguista Sírio Possenti questionou

“Politicamente Correto”

a premissa de que a troca de palavras por outras, presumidamente neutras, poderia levar a uma transformação sociopolítica. Ele defendia que o sentido das palavras não é nunca intrínseco, mas está sempre ancorado no discurso e na cultura. Dessa maneira, substituir um termo por outro poderia simplesmente transportar o sentido pejorativo.

Em 2004, o governo federal, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), lançou a publicação *Politicamente correto e direitos humanos*, compilando palavras e expressões cotidianas e explicando por que elas eram ofensivas. Os próprios organizadores do documento assumiram que o título era provocador, que havia sido escolhido para chamar a atenção para o problema. De fato, conseguiram: a cartilha ficou conhecida como “cartilha do politicamente correto” e foi intensamente ridicularizada e criticada como um manual de policiamento de linguagem, elaborado por um governo de esquerda. Em 2005, sua distribuição foi suspensa, mas os efeitos persistiram.

Alguns anos depois, em 2009, o jornalista Leandro Narloch lançou o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, claramente inspirado nos argumentos que circulavam nos Estados Unidos, ou seja, para atacar o “sistema”. Narloch queria “jogar tomates” no que ele via como uma historiografia hegemônica, ou uma “historiografia politicamente correta”. O sucesso foi enorme e inspirou novos livros: o *Guia Politicamente Incorreto da América Latina*, de 2011 e também de Narloch, e o *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia*, de Luiz Felipe Pondé, publicado em 2012. Também se multiplicaram cartunistas e comediantes que contestavam o “politicamente correto” como “censura esquerdista”.

Desde então, o “politicamente correto” está instalado no vocabulário cotidiano brasileiro. É usado para desqualificar críticas e atos que questionam termos que ofendem ou excluem determinados grupos: como mulheres, populações negra e indígena, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQ+, entre outros. E cada vez com mais frequência, o “politicamente correto” também tem sido propagado em associação ao marxismo ou ao comunismo.

ALTERAR A LINGUAGEM FAZ DIFERENÇA?

O debate sobre o “politicamente correto” é atravessado pela reflexão sobre o papel da linguagem, sobre como as pessoas se relacionam entre si e com o mundo, mas o tom acusatório acionado no dia a dia esvazia a discussão linguística, reduzindo o “politicamente correto” a mera “ideologia” (conferir verbete).

“Politicamente Correto”

Exatamente por isso, é interessante nos atermos um pouco mais à questão da linguagem. Há quem diga que o “politicamente correto” na verdade cria as desigualdades que pretende combater. Outra posição comum é a de que adotar ou abolir certas palavras não altera as realidades materiais de opressão e desigualdade. Ou seja, ainda que a estratégia ajude a reconhecer desigualdades e discriminações existentes, a substituição de palavras não teria efeitos concretos. Mesmo quem defende o “politicamente correto” reconhece essa limitação das intervenções linguísticas. Por outro lado, até mesmo alguns de seus críticos notam que a estratégia torna visíveis comportamentos preconceituosos que são normalizados pela linguagem.

A posição mais interessante, porém, é a que considera que as intervenções linguísticas e mudanças sociais não são excludentes, mas sim complementares. Desse modo, abolir ou substituir palavras não é a *única* estratégia para alterar condições de desigualdade e injustiça, mas é *um dos* caminhos possíveis para visibilizar as hierarquias e preconceitos que estão impressos na linguagem. Ou seja, a intervenção linguística não elimina a desigualdade, mas evidencia sua existência e persistência. Assim, problematizar a linguagem estimula as e os falantes a refletir sobre o mundo desigual em que estamos inseridos. Nesse sentido, o “politicamente correto”, e não seus críticos, é que se posiciona contra o sistema.

As intervenções linguísticas têm implicações e efeitos. Portanto, têm impactos políticos. Aí reside o desconforto de quem reage visceralmente ao “politicamente correto”. Essa é uma reação ao potencial da estratégia para desafiar a ordem estabelecida. Não por acaso, os debates sobre o tema esquentaram no Brasil justamente quando as feministas, a população negra, pessoas com deficiência e outros grupos discriminados ganharam relevância política.

CRÍTICAS DE AMBOS OS LADOS

O “politicamente correto” tem sido ferozmente atacado pela direita. Mas ele também é objeto de críticas por parte da esquerda. Stuart Hall, intelectual do pensamento antirracista, apoiava a eliminação de estigmas linguísticos, mas discordava da tática subjacente ao “politicamente correto”, por considerá-la paradoxal: permite a emergência e visibilização de novas lutas, mas faz isso utilizando armas antigas, como o policiamento da linguagem. Segundo Hall, substituir um certo conjunto de verdades por outro considerado “mais correto” é muito problemático.

Silvana de Souza Ramos também aponta os traços antidemocráticos do “politicamente correto”. Ela argumenta que tanto quem o defende quanto quem o

“Politicamente Correto”

crítica fazem esse debate sem incluir quem seria de fato beneficiado. Isso reitera o que ela chama de topologia da exclusão: o acesso limitado à esfera pública, à academia e aos espaços de decisão experimentado por pessoas que sofrem racismo, sexismo e outras formas de opressão.

PARA CONCLUIR

O uso do termo “politicamente correto” não é exatamente uma novidade e seus sentidos mudaram muito ao longo do tempo. Hoje, ele está instalado no centro de um campo de batalha, e a adesão ao “politicamente correto” é uma escolha política. Quem faz essa escolha pretende visibilizar e alterar preconceitos e estigmas muito enraizados e normalizados na vida social e na linguagem. O combate feroz ao termo reflete resistência a essas mudanças. Por outro lado, seu uso também deflagra questões e contestações que não podem ser apenas interpretadas como reações machistas, racistas ou classistas.

Hoje, no Brasil e em muitos outros países, o “politicamente correto” compõe o arsenal das forças conservadoras e de extrema-direita contra demandas antirracistas e de democracia sexual, demandas que essas forças descrevem como “marxistas” ou “totalitárias”. No entanto, o “politicamente correto” também é criticado por vezes à esquerda. Essa crítica é fundamental para desarmar a acusação de “ideologia impositiva”, automaticamente atribuída a quem interroga discursos e práticas “politicamente incorretas”.

Ou seja, concordar ou discordar do “politicamente correto” não implica adesão automática à unanimidade. Perguntar-se como, onde e por que empregá-lo é uma interrogação legítima e necessária, mas não se pode ignorar quem perde e quem ganha quando o fazemos.

PARA SABER MAIS

Bandeira, L. (2018, jan. 14). *De onde vem o ‘politicamente correto’ E quais suas conotações*. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/01/14/De-onde-vem-o-%E2%80%98politicamente-correto%E2%80%99.-E-quais-suas-conota%C3%A7%C3%B5es> (Atualizado em 2 de janeiro de 2019)

Cameron, D. (2012). *Verbal Hygiene* [Higiene verbal]. Taylor & Francis.

Hall, S. (1994) Some ‘Politically Incorrect’ Pathways Through PC. In S. Dunant (Ed.). *The War of the Words: The Political Correctness Debate* [A Guerra das palavras: O debate sobre o politicamente correto]. Virago Press.

Morato, E., & Bentes, A. C. (2017). “O mundo tá chato”: algumas notas sobre a dimensão sociocognitiva do politicamente correto na linguagem. *Revista USP 115*, 11-28. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i115p11-28>

Propmark. (2016, jan. 20) *Limões da Pepsi Twist voltam com críticas ao politicamente correto*. <https://propmark.com.br/anunciantes/limoes-da-pepsi-twist-voltam-com-criticas-ao-politicamente-correto/>

Ramos, S. de S. (2017). O politicamente correto e a topologia da exclusão. *Revista USP 115*, 41-50. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i115p41-50>

Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2004). *Politicamente Correto & Direitos Humanos*. Brasília: Antônio Carlos Queiroz. Recuperado de: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf

Weinmann, A. O., & Culau, F. V. (2014). Notas sobre o politicamente correto. *Estudos e Pesquisas em Psicologia 14*(2), 628-645. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000200014&lng=pt&tlng=pt.

“Marxismo Cultural”



“Marxismo Cultural”

Quando Regina Duarte foi convidada a assumir a Secretaria de Cultura, em 2020, passou um tempo decidindo se ia ou não para o governo. No dia em que foi a Brasília para conversar com o presidente, compartilhou um vídeo de um ex-participante do Big Brother Brasil chamado Adrilles. No vídeo, Adrilles diz que “marxismo cultural foi criado pela mídia e indústria da arte e povoada por esquerdistas fanáticos” com o objetivo de colocar “negros contra brancos, mulheres contra homens, homossexuais contra heterossexuais”, entre outras barbaridades.

Em artigo publicado no final de 2018, prevendo como seria o governo Bolsonaro, o cientista político Marcos Nobre afirmou que uma “revolta conservadora” estava em curso no Brasil. Com características locais próprias, essa revolta é um desdobramento do processo de reorganização do pensamento de direita que deu origem à fórmula do “marxismo cultural”, muito acionada naquele ano eleitoral e ainda hoje. Junto à “ideologia de gênero” (conferir verbete), o “marxismo cultural” é frequentemente invocado para descrever um suposto projeto de dominação das esquerdas no âmbito cultural, com o objetivo de implantar um regime totalitário. Seu uso está fortemente imbricado com outros termos contidos neste pequeno dicionário. Mas a história da criação e propagação do termo “marxismo cultural” é singular e complexa. Vamos resgatá-la brevemente neste verbete.

UM MARCO FUNDAMENTAL

Em 2003, foi publicada nos EUA uma brochura organizada por William Lind, figura conhecida do campo ultraconservador, para explicar ao grande público a origem, significados e ameaças do “marxismo cultural”. Os textos associam o repúdio conservador ao “politicamente correto” (conferir verbete), que havia ganhado muita legitimidade política nos EUA, e a outros velhos fantasmas. Sobretudo, juntam muitas pontas soltas do pensamento conservador, que vinha se reorganizando desde os anos 1970, traduzindo suas ideias em uma fórmula simples:

“De onde vêm todas essas coisas que se ouve falar – o feminismo, o movimento gay, as estatísticas inventadas, a história reescrita, as mentiras, os protestos e todo o resto? (...) Nós chamamos isso de discurso “politicamente correto”. É a doença da ideologia... Politicamente correto é igual a marxismo cultural....É marxismo traduzido de termos econômicos para termos culturais”

Esse discurso se organiza em torno da suposição de que o feminismo e a democracia sexual são uma criação marxista. A acusação não é nova, pois foi extensamente usada pelos movimentos fascistas da primeira metade do século XX. Mas, as elaborações da brochura de fato refletem uma novidade: o pensamento

“Marxismo Cultural”

ultraconservador do final do século XX tinha investido muita energia na interpretação e apropriação da chamada revolução cultural. Esse investimento foi nomeado por várias e vários analistas, sobretudo na Europa, como o “giro gramsciano da direita” (conferir verbete *Ideologia*).

É bom dizer que William Lind tem vínculos com o Brasil. Ele trabalhou durante décadas com Paul Weyrich que, por sua vez, foi colaborador do fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), o escritor e jornalista católico Plínio Corrêa de Oliveira (conferir verbete *Patriotismo*). Seus argumentos foram propagados dentro e fora dos Estados Unidos. No Brasil, circularam por muitos canais de disseminação do pensamento de direita, como, por exemplo, no livro de Olavo de Carvalho, *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci*, de 1994, e *A Verdade Sufocada*, do coronel Brilhante Ustra, publicado em 2006.

TRAJETOS MÚLTIPLOS, PORÉM CONVERGENTES

A trajetória da criação e propagação do “marxismo cultural” é complicada. Ela comporta percursos recentes e longos trajetos. As vertentes ideológicas e as vozes envolvidas são muito heterogêneas, e nem sempre é fácil identificar os nós dessa trama, porque boa parte das autoras e autores que a teceram não cita suas referências. Mas, pesquisas disponíveis sobre o tema já nos oferecem uma narrativa bastante consistente.

Desde os anos 1960-1970, o campo conservador ou de direita vem sendo repaginado. No campo religioso, a manifestação mais conhecida dessa mudança foi a restauração conservadora que aconteceu no catolicismo em reação às reformas definidas pelo Concílio Vaticano II nos anos 1960. Ela se iniciou com a eleição do papa João Paulo II, em 1979, que definiu o resgate “dos valores morais” da igreja como um de seus objetivos. Uma movimentação semelhante ocorreu no evangelismo estadunidense. Em meados dos anos 1970, políticos seculares do Partido Republicano promoveram a confluência entre as igrejas evangélicas mais ortodoxas e setores ultracatólicos em torno do movimento Maioria Moral, coordenado pelo pastor Jerry Falwell.

O objetivo dessa mobilização era restaurar a credibilidade do partido, desgastada pela derrota no Vietnã e pelo escândalo Watergate, que levou à renúncia do presidente Nixon. Para conseguir isso, usaram como alvos a “secularização excessiva e degradação moral da sociedade americana”, pintando com cores assustadoras o

“Marxismo Cultural”

pacifismo, o feminismo e a revolução cultural-sexual dos anos 1960. A partir daí, essas forças investiram cada vez mais sistematicamente na promoção do “conservadorismo cultural”.

Lind, Weyrich e seus parceiros foram, sem dúvida, pioneiros nesses esforços, mas muitos outros personagens contribuíram para essas mobilizações, como o economista Murray Rothbard, que já vinha atualizando e divulgando o pensamento neoliberal e libertário (direita) de autores como Ludwig von Mises e Ayn Rand. As mulheres anticomunistas e antifeministas também foram muito ativas, como Phyllis Schlafly, Anita Bryant, Cristina Hoff-Summers e especialmente a jornalista católica Dale O’Leary, de quem falaremos mais adiante.

Essas correntes ultraconservadoras estadunidenses foram influenciadas por elaborações desenvolvidas na Europa desde os anos 1960. As trocas se deram através de canais acadêmicos e por circuitos ultracatólicos. Na Europa, o Grupo de Pesquisa e Estudo para a Civilização Europeia (GRECE), liderado pelo filósofo francês Alain de Benoist, é a referência mais importante. O GRECE, assim como os autores americanos, também atacou a “rebelião juvenil de 1968” como um sintoma de decadência da cultura ocidental. Mais importante, foi pioneiro na releitura de Gramsci com as lentes do pensamento de direita. Também no Reino Unido, a chamada revolução conservadora de Margareth Thatcher criou um ambiente francamente favorável à renovação do pensamento de direita, sendo Roger Scruton o autor mais conhecido no Brasil.

Mas, se a direita norte-americana estava inteiramente alinhada ao neoliberalismo, certas correntes do pensamento conservador europeu continental criticavam o liberalismo econômico. Além disso, as vertentes da direita europeias não tinham, originalmente, vínculos com o campo religioso. No entanto, nos últimos vinte anos houve muitas sobreposições ou mesmo coalizões entre a extrema direita secular e o campo religioso ultraconservador, que na Europa se situa basicamente no mundo católico.

SEDIMENTAÇÃO, RAMIFICAÇÕES, DESDOBRAMENTOS

Em 1989, William Lind publicou um artigo argumentando que a disputa entre socialismo e capitalismo já não se dava em termos bélicos convencionais, mas sim como “guerra de quarta geração”. O fim da Guerra Fria e da União Soviética teriam dissolvido o que havia sido desde o começo do século o principal inimigo da direita estadunidense. Nessa passagem, Lind, Weyrich e outros autores conservadores fizeram uma leitura sistemática de autores marxistas dedicados a pensar “ideologia”,

“Marxismo Cultural”

como Georg Lukács, Gramsci e autores da Escola de Frankfurt (conferir verbete Ideologia). Daí resultou a tese de que, diante da impossibilidade da revolução econômica, as esquerdas haviam se engajado desde os anos 1960 numa guerrilha pela hegemonia cultural. Para tal, estariam mobilizando demandas crescentes em torno de raça, etnia, gênero, migração e meio ambiente. Essa narrativa, que desloca o foco do inimigo externo para inimigos internos, foi posteriormente sintetizada na referida brochura de 2003.

Mas essas ideias já circulavam amplamente antes disso. Como já mencionado, foram propagadas no Brasil por Olavo de Carvalho desde 1994. Em 1997, duas figuras do campo ultracatólico - Dale O’Leary e o monsenhor belga Schooyans - publicaram livros, argumentando que o “feminismo do gênero” ou a “ideologia de gênero” eram farsas ideológicas, encobrindo uma estratégia totalitária marxista ou neomarxista (conferir verbete Ideologia de Gênero). Esses livros não usavam o termo “marxismo cultural”, mas anunciavam o que viria depois. Quase vinte anos mais tarde, a fusão entre “ideologia de gênero” e “marxismo cultural” se sedimentou no *Livro Negro da Nova Esquerda*, dos argentinos Agustín Laje e Nicolas Marques. Publicado em 2015, seus argumentos também incorporaram vigorosamente a feroz crítica de Ludwig von Mises, um dos pais do neoliberalismo, às vertentes “socialistas” do feminismo.

Embora essas elucubrações tenham o marxismo como alvo principal, também se ramificam em ataques contra as democracias liberais. De acordo com essa linha de interpretação, antes mesmo da ruína do socialismo real, a “revolução cultural marxista” - ou seja, as lutas antirracistas, feministas, ambientais etc. - já haviam contaminado o ideário e o funcionamento das democracias constitucionais. Segundo alguns autores dessa corrente, o “marxismo cultural” penetra, inclusive, o capitalismo de consumo, que valoriza a singularidade pessoal, a pluralidade cultural e a diluição das fronteiras nacionais. Daí vêm os discursos da nova direita contra o “globalismo” e os “globalistas”.

A “REVOLUÇÃO CONSERVADORA”

Numa das faces do dito “giro gramsciano da direita” estão essas rotas complicadas de criação e propagação das narrativas em torno ao “marxismo cultural”. Na outra face, está o giro político gramsciano propriamente dito. Desde os anos 1970, os ultraconservadores religiosos e a direita secular abandonaram sua postura reacionária clássica, deixando para trás uma posição estática de “contrarrevolução”. Com base nos textos marxistas (que abominam), desenharam estratégias de mobilização política para disputar a memória, o senso comum, os afetos e representações culturais.

“Marxismo Cultural”

Assim como proposto por Gramsci, tais disputas são feitas nos espaços da vida cotidiana, na esfera pública e também nas instituições (conferir verbete Ideologia). Essas disputas por hegemonia são definidas pelos atores de direita como “metapolíticas”, pois acontecem à revelia das instituições formais (como partidos, parlamentos e judiciários). Em seus discursos, essas instituições são, com frequência, caricaturadas como o “sistema que deve ser demolido”.

Essas “revoltas conservadoras” acontecem onde há condições democráticas para que elas prosperem, mas seu objetivo de longo prazo é corroer as democracias por dentro. Embora em gestação há muito tempo, a partir dos anos 1990 essa reorganização do campo conservador foi impulsionada pela digitalização da política e o conseqüente surgimento de uma nova esfera pública marcada pela imprevisibilidade. Não só o poder da imprensa tradicional foi reduzido, como a digitalização escancarou as portas para que a comunicação entre líderes políticos e seus eleitorados possam ocorrer sem mediação institucional. Ou seja, entramos na nova era do populismo digital.

“MARXISMO CULTURAL” NO BRASIL: DO PRESENTE AO PASSADO

No começo dos anos 2000, coincidindo com a chegada da esquerda ao poder, o bordão “ideologia de gênero” chegou ao Brasil por vários canais. Primeiro, pelas mãos de um deputado do PRONA, partido cujo programa se inspirava abertamente nas pautas do integralismo, e um pouco mais tarde pela via de canais católicos (conferir verbete Ideologia de gênero). Além disso, na mesma época, segundo os estudos de João César Rocha e Eduardo Costa Pinto, a tese de Lind sobre “marxismo cultural” penetrou o ambiente militar brasileiro através de conexões com o campo estadunidense de estudos estratégicos. Não surpreende que essa narrativa tenha sido bem recebida pelos militares, se pensarmos que uma das justificativas para a instalação do regime militar de 1964-1985 era justamente combater o “inimigo interno”. A mesma retórica também seria vocalizada, com intensidade crescente, por influenciadores da extrema direita, em especial Olavo de Carvalho, que desde a década anterior vociferava contra a revolução cultural.

No começo dos anos 2010, o espantinho da “ideologia de gênero” foi incorporado pelo campo evangélico fundamentalista e, em seguida, usado para atacar gênero na educação e nas ofensivas do Movimento Escola Sem Partido. A partir de 2017, começam a circular no país os argumentos do *Livro Negro da Nova Esquerda*, cuja narrativa inundaria a campanha eleitoral de 2018: “ideologia de gênero” e “marxismo cultural” seriam as duas caras do mesmo projeto comunista que pretendia dominar

“Marxismo Cultural”

o Brasil. E nada impede que essa fórmula e as acusações que mobiliza vão ser usadas novamente nas eleições presidenciais de 2022.

Mas é também interessante voltar no tempo, pois há indícios de que a associação entre “revolução cultural” e marxismo tenha circulado no Brasil muito antes de 1994, quando Carvalho publicou seu livro. Por exemplo, segundo o historiador estadunidense Benjamin Cowan, a colaboração entre Weyrich e Plínio Correia de Oliveira, iniciada nos anos 1960, inaugurou conexões consistentes e de longo prazo entre a direita católica e evangélica nos dois países. Assim sendo, não surpreende que no prefácio da edição estadunidense de 1992 de seu livro mais conhecido, *Revolução e Contra Revolução*, o fundador da TFP tenha mencionado explicitamente a tese de Lind sobre a “guerra da quarta geração”, embora sem citá-lo.

E, retrocedendo um pouco mais, encontramos pistas ainda mais intrigantes no livro *O Conceito Cristão de Democracia*, de Plínio Salgado, um dos mentores principais do integralismo (conferir verbete Patriotismo). No livro publicado em 1945, Salgado oculta o ideário fascista que o inspirava nos anos 1930, argumentando que o movimento que liderou teria como fonte de inspiração as doutrinas do cristianismo. Muito significativamente, há no livro um capítulo sobre “neomarxismo” cujo conteúdo não difere muito dos fantasmas que assombram o atual debate político nacional. Uma ilustração disso é a afirmação que os neomarxistas usam conceitos como liberdade de consciência, fraternidade, justiça e integridade da pessoa humana para confundir autoridades e ocultar suas verdadeiras intenções políticas.

O uso do “neomarxismo” para incitar pânicos políticos é, portanto, coisa muito antiga no Brasil. Os escritos desses dois autores sugerem inclusive que nosso país pode não ter sido mero receptor das narrativas criadas nos EUA e na Europa desde os anos 1970. São indícios que o pensamento conservador brasileiro pode ter contribuído para a fabricação dessas visões e argumentos. A leitura comparada de suas obras, assim como dos escritos de Carvalho e da literatura internacional de mesmo teor poderá talvez enriquecer a intrincada história de invenção do “marxismo cultural”.

“Marxismo Cultural”

PARA SABER MAIS

Associação Brasileira de Literatura Comparada (2021). *Lançamento do livro “Guerra Cultural e Retórica do Ódio”, de João Cezar de Castro Rocha* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=WNZmwWpIgrU>

Barros, C. (2020, mai. 28). ‘Quanto maior o colapso do governo, maior a virulência da guerra cultural’, diz pesquisador da UERJ. Agência Pública. <https://apublica.org/2020/05/quanto-maior-o-colapso-do-governo-maior-a-virulencia-da-guerra-cultural-diz-pesquisador-da-uerj/>

Cesarino, L. (s.d). *Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil*. <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>

Pedretti, L. (2021, ago. 30). *Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura*. Agência Pública. <https://apublica.org/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura/>

Pinto, E. C. (2019, mar.). *Bolsonaro e os quartéis: a loucura com método*. Instituto de Economia – UFRJ. https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_006_2019_PINTO.pdf

Rocha, C. (2022, fev. 5). Como Olavo de Carvalho se tornou o pai espiritual de direitistas no Brasil. Folha de S. Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/02/como-olavo-de-carvalho-se-tornou-o-pai-espiritual-da-direita-brasileira.shtml>

Rocha, J. C. de C. (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio*. Caminhos.

“Ideologia de gênero”



“Ideologia de gênero”

Gênero: *“conjunto de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido aos impulsos sexuais, a reprodução da espécie humana e, de forma mais geral, as relações entre as pessoas (...) são tramas de relações sociais que determinam as relações entre os seres humanos como indivíduos sexuados. (Barbieri, 1991, p. 30)”*

O termo “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez no Brasil no dia 14 de julho de 2003. Em discurso no plenário da Câmara, o deputado federal Elimar Máximo Damasceno, do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), um partido inspirado pelo movimento integralista (conferir verbete Patriotismo) disse:

A palavra “gênero” sempre foi usada para designar sexo. (...) Agora, a expressão “gênero” adquiriu outro significado, dentro de uma “ideologia de gênero”. Gênero seria o papel desempenhado por um dos sexos, não importando se nasceu homem ou mulher (...) Vejam, Srs. Deputados, que se trata de mais um eufemismo para encobrir os desvios da conduta sexual.

Quatro anos mais tarde o termo “ideologia de gênero” ganhou mais destaque no cenário político brasileiro e da América Latina. Em 2007, o documento final da reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), realizada na cidade de Aparecida com a presença do Papa Bento XVI, recomendou o firme combate à “ideologia de gênero”.

O uso de “ideologia de gênero” se intensificou ainda mais no Brasil durante debates sobre o Plano Nacional de Educação 2014-2024. A inclusão da igualdade de gênero e da diversidade sexual nas escolas foi objeto de ataques sistemáticos por parte de um núcleo cristão conservador, já então associado ao Movimento Escola sem Partido (MESP). Essas ofensivas contra o conceito de gênero teriam efeitos duradouros. Em 2011, Jair Bolsonaro, como deputado, foi o primeiro político a usar o termo “*kit gay*” para atacar os vídeos produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) para distribuição em escolas.

Na campanha de 2018, Bolsonaro usou o “*kit gay*” para acusar o candidato Fernando Haddad de promover a “ideologia de gênero”. Já eleito, em seu discurso de posse, afirmou que essa “ideologia” seria combatida em seu governo. Desde 2019, esse repúdio a gênero tem sido traduzido em políticas públicas, como bem ilustra o relatório *Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de estado, legislação, mobilização social*, produzido por diversas associações da sociedade civil e publicado em 2021.

“Ideologia de gênero”

Na última década, “ideologia de gênero” ganhou enorme visibilidade e peso político no Brasil, mas não é uma invenção brasileira. Desde os anos 1990, o bordão “ideologia de gênero” tem sido cada vez mais usado pelas forças do campo conservador em muitos contextos que se mobilizam contra a igualdade de gênero, os direitos reprodutivos e sexuais e os direitos LGBT+. Em 2013, por exemplo, quando o Plano Nacional de Educação era atacado no Brasil, mobilizações e discursos contra o gênero aconteceram na França, na Croácia, no Equador e na Assembleia da Organização dos Estados Americanos. Em todos esses casos, “ideologia de gênero” foi usada para provocar medos e rejeição em torno dessas questões.

A INVENÇÃO DE UM ESPANTALHO

A invenção da “ideologia de gênero” vem de longe. A pesquisadora Mary Anne Case, por exemplo, resgatou escritos do Cardeal Joseph Ratzinger que já nos anos 1980 repudiavam a transexualidade como uma perversão decorrente da luta feminista pelo direito à anticoncepção e ao aborto. Em 1985, por exemplo, Ratzinger escreveu que

"Desvinculado da fecundidade, o sexo deixa de ser uma característica determinante, ou seja, uma orientação primitiva e radical do que é ser uma pessoa. Homem? Mulher? Essas são questões que parecem obsoletas, sem sentido, até mesmo racistas. A resposta do conformismo atual é previsível: “se alguém é homem ou mulher, pouco interessa, pois somos todos simplesmente humanos.” Isso, na verdade, tem consequências graves embora pareça à primeira vista bonito e generoso. (Ratzinger & Vittorio, 1985, p. 95 apud Case 2011, p. 815-816)."

A feminista Sonia Corrêa conta que nas reuniões preparatórias para a IV Conferência Mundial da Mulheres, que aconteceu em Pequim em 1995, ONGs da direita religiosa estadunidense e representantes de estados islâmicos e latino-americanos e a Santa Sé exigiram a exclusão do termo gênero do rascunho da Plataforma de Ação, então sendo negociada. Meses depois, durante a conferência, o uso do termo foi objeto de reservas por parte do Vaticano e do Paraguai.

A fórmula “ideologia de gênero” seria inventada depois desses eventos. Apareceu pela primeira vez no livro publicado em 1997 pelo monsenhor belga Michel Schooyans. Recuperando ideias de Ratzinger dos anos 1980, Schooyans afirma que o objetivo final do feminismo seria abolir as distinções de classe. O que seria conseguido, segundo ele, com a abolição das diferenças entre homens e mulheres. Para o autor, a “ideologia de gênero” é uma nova versão da “ideologia socialista em sua forma marxista” (conferir os verbetes Ideologia e Marxismo Cultural).

“Ideologia de gênero”

Essa ligação entre feminismo e marxismo também aparece no livro *Agenda de gênero* da jornalista estadunidense Dale O’Leary, também publicado em 1997. A autora não utiliza o termo “ideologia de gênero”, mas sim “feminismo de gênero”. Para ela, o conceito de gênero é uma estratégia para maquiagem um projeto totalitário de destruição da heterossexualidade e redução da natalidade no mundo. Seus argumentos foram retomados, um ano mais tarde, num documento contra a “ideologia de gênero” publicado por bispos peruanos.

Os mesmos argumentos foram repetidos por outros autores regionais. Um deles é Jorge Scala no livro *Ideologia de gênero: Neototalitarismo e a destruição da família*, publicado em 2010 na Argentina e logo traduzido para o português. Em 2016, os também argentinos Agustín Laje e Nicolás Márquez publicaram *O livro negro da nova esquerda*, que é muito lido no Brasil. Segundo esses dois livros, a teoria feminista do gênero é uma versão mascarada de marxismo. Para provar isso, Laje e Marquez recuperam, inclusive, registros trágicos de regimes socialistas autoritários, em particular o stalinismo.

Embora gestadas em berço católico, as forças que mobilizam campanhas antigênero são heterogêneas e mutáveis. São como hidras de muitas cabeças que se alimentam de diferentes fontes ideológicas. No Brasil, assim como no resto da América Latina, estão assentadas sobre redes mais antigas de oposição ao direito ao aborto. Seu núcleo central é tanto católico (em geral integrista) como evangélico fundamentalista. Ao seu redor, circulam atores seculares (ou aparentemente seculares) muito variados: pessoas da carreira política, membros de corporações profissionais (sobretudo nas áreas de saúde e direito), empresárias, empresários, institutos e ativistas neoliberais e grupos libertários de direita, mas também militares e grupos fascistas. Mais recentemente, correntes feministas que criticam o conceito de gênero e são contra direitos das pessoas trans passaram a circular nessa mesma ecologia. Nesse cenário, o repúdio ao gênero funciona como uma cola simbólica agregando forças e sujeitos muito díspares em torno de “inimigos comuns”: a “desordem do gênero”, as feministas e os direitos LGBTQ+, especialmente das pessoas trans.

CONCLUSÃO

É preciso entender que “ideologia de gênero” não tem nada a ver com o que se pensa e se pesquisa no campo de estudos de gênero ou com políticas de igualdade de gênero. O conceito de gênero explica como discursos, práticas, símbolos e normas, criadas pelas sociedades a partir da diferença sexual biológica, produzem desigualdades. O conceito de gênero não nega o sexo, mas pergunta como a diferença

“Ideologia de gênero”

sexual é construída em diferentes momentos históricos e sociedades diversas. Nas sociedades modernas, por exemplo, a lei e a medicina são fontes, nem sempre reconhecidas, de definição do gênero.

Portanto, a “ideologia de gênero” é uma estratégia para desqualificar teorias, leis e políticas públicas que contestam desigualdades, exclusões e violências, sejam elas entre mulheres e homens, sejam elas decorrentes das normas impostas pela heterossexualidade. Sônia Corrêa e Isabela Kalil definem “ideologia de gênero” como categoria de acusação que recorre à concepção marxista de ideologia como falsificação (conferir verbete “Ideologia”), para afirmar que tanto o feminismo como o gênero são enganosos, pois clamam pela igualdade entre homens e mulheres para apagar a diferença sexual “natural”, destruir a família e produzir desordem social.

A associação recorrente entre “ideologia de gênero”, comunismo, marxismo cultural, globalismo, cidadão de bem, patriotismo etc. é estratégia compartilhada por neoconservadores religiosos e forças da nova direita em vários lugares do mundo, especialmente na América Latina e Europa. Apesar da grande diversidade dos atores envolvidos, o repertório sobre “ideologia de gênero” a que recorrem é sempre o mesmo. “Ideologia de gênero” é o que a socióloga Dorothy Smith (1993) chama de código ideológico. Assim como o código genético, o “código ideológico” também se multiplica por si próprio em diferentes lugares e momentos, produzindo formas e conteúdos que, aos poucos, se tornam “verdades” ou “realidades”.

É assim que o espantalho da “ideologia de gênero” se replica. Quando entendemos isso, podemos questionar a aparente consistência desse bordão e perguntar, por exemplo, se o conceito feminista de gênero é mesmo totalitário e doutrinador. Um conceito que reivindica igualdade de gênero e respeito pela diversidade sexual pode mesmo ser autoritário e antidemocrático? Imaginar um mundo sem discriminação, exclusão e violência é repudiar a democracia ou impor modos de vida? Ou, ao lutar para eliminar desigualdade, violência a discriminação que decorrem do binarismo de gênero não estamos apenas, como sublinha Judith Butler, reconhecendo a complexidade humana e abrindo espaços para que as pessoas encontrem seu próprio caminho na pluralidade do mundo?

“Ideologia de gênero”

PARA SABER MAIS

ABGLT, Ação Educativa, ANTRA, CLADEM Brasil, CONECTAS, NUH-UFMH, SPW (2021) *Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de estado, legislação, mobilização social*. Disponível em <https://sxpolitics.org/ptbr/ofensivas-antigenero-no-brasil-politicas-de-estado-legislacao-mobilizacao-social/12156>

Barbieri, T. (1991). Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica [Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica]. In Azeredo, Sandra; Stolcke, Verena (Ed.), *Direitos reprodutivos*, (pp. 25–45). Fundação Carlos Chagas.

Butler, J. (2019). *Precisamos parar o ataque à ‘ideologia de gênero*. Disponível em <https://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094>. Acesso em 16 de julho de 2021.

Corrêa, S. (2018). A política do gênero: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu* 53. Artigo e185301.

Corrêa, S., & Kalil, I. (2020). *Políticas Antigênero en America Latina: Brasil* [Política antigênero na América Latina: Brasil] . ABIA.

Gonçalves, E., & Mello, L. (2017). Apresentação: gênero - vicissitudes de uma categoria e seus “problemas”. *Ciência e Cultura*, 69(1), 26-30. <https://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000100012>

ARTIGOS E LIVROS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Case, M. A. (2011). *After gender the destruction of man – The Vatican’s nightmare vision of the ‘gender agenda’ for law* [Após gênero, a destruição do homem – A visão pesadelo do Vaticano da “pauta gênero” por lei]. *Pace Law Review* 31 , 802 – 817.

Schooyans, M. (1997). *L’Évangile face au Désordre Mondial* [O evangelho face à destruição mundial]. Paris: Fayard.

Smith, D. (1993). The Standard North American family: SNAF as an ideological code [A família norte-americana padrão: FNAP como um código ideológico]. *Journal of Family Issues* 14(1), 50–65.

LITERATURA ANTIGÊNERO

Laje, A., & Marquez, N. (2016). *O livro negro da nova esquerda*. Danúbio.

O’Leary, D. (2008). *Agenda de gênero*. Disponível em <http://acordaterradesantacruz.com.br/wp-content/uploads/2013/03/Agenda-de-Genero-grp.pdf>

Scala, J. (2010). *Ideologia de gênero: neototalitarismo e a destruição da família*. Editora Kathechesis.

“Feminismo”



“Feminismo”

“**A** agenda feminista não é sobre direitos iguais para as mulheres. É sobre um movimento político socialista e anti-família que encoraja as mulheres a deixarem seus maridos, matarem seus filhos, se tornarem lésbicas, e por aí vai.” (Da página “Anti Feminismo” no Facebook, com aproximadamente 116 mil seguidores)

Origem da palavra: do latim *femīna*+ismo; do francês *féminisme*.

Definição: feminismo é a “doutrina”, “movimento” ou “ideologia” que “defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens”. (Fonte: Dicionário Online de Português e Dicionário Michaelis Online)

As lutas pela emancipação das mulheres são muito antigas. No ocidente moderno, convencionou-se que a publicação da *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, de Olympe de Gouges, é um marco inicial dessas lutas. Publicado em 1791, o documento fazia contraponto à *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, inspirada pelos ideais da revolução francesa que apregoavam a igualdade e, no entanto, negaram às mulheres o direito de cidadania. Olympe de Gouges reformulou o primeiro artigo da declaração - “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos”, afirmando que “a mulher nasce livre e se mantém igual ao homem em direitos”. Também afirma que se “a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve, igualmente, ter o direito de subir à tribuna”. Suas posições foram muito criticadas. Considerada uma “mulher desnaturada” e “perigosa”, ela foi guilhotinada em 1793.

Um século e meio mais tarde, em 1929, a escritora inglesa Virginia Woolf, no livro *Um teto todo seu*, escreveu que “a história da oposição dos homens à emancipação das mulheres é talvez mais interessante do que a própria história da emancipação das mulheres”. Este verbete examina brevemente a trajetória dessa oposição, ou seja, revisita a história do antifeminismo. Mais especificamente no Brasil, analisa como ideologias antifeministas têm construído, ao seu modo, “o feminismo” e pergunta: O que motiva o antifeminismo? Como essas ideias têm sido mobilizadas social e politicamente?

As visões antifeministas não se alteraram significativamente nos 230 anos que nos separam da *Declaração dos direitos da mulher*. Um de seus traços principais é desqualificar as demandas por igualdade de gênero e estigmatizar as mulheres que as reivindicam ou apoiam, alegando que são “feias”, “mal-amadas”, “masculinizadas”, “sapatonas” ou “feminazis”. Contraditoriamente, essas acusações se intensificaram quando muitas mulheres já se beneficiavam, ao menos parcialmente, das demandas

“Feminismo”

feministas: igualdade formal na esfera pública e no mundo do trabalho, direito a uma vida livre de violência e maior autonomia sobre sua sexualidade e reprodução.

O “FEMINISMO” COMO CARICATURA

Nas redes sociais brasileiras, a palavra “feminismo” provoca paixões fortes e disputas acirradas. Há páginas favoráveis, nas quais encontramos definições muito diversas: “feminismo é ser livre para decidir quem eu quero ser e como agir”, “é uma luta de classe, de raça e de gênero”, “não é sobre igualdade, é sobre a libertação das mulheres do patriarcado”. Essa pluralidade mostra que o feminismo não é homogêneo. Já as páginas antifeministas simplificam essa pluralidade. Essa é uma estratégia para criar uma caricatura grotesca do feminismo.

Uma ilustração dessa estratégia de produzir caricaturas foi o ataque à filósofa feminista Judith Butler, suposta inventora da “ideologia de gênero” (conferir verbete). Em novembro de 2017, em São Paulo, grupos conservadores queimaram um fantoche de Butler, caracterizada como bruxa. O ato remetia à inquisição católica, que na idade média condenou às fogueiras mulheres “desobedientes”. Simbolicamente, queimar Butler foi também uma forma de aniquilar as teorias e ações feministas.

ALGUNS PILARES DO ANTIFEMINISMO

Os discursos antifeministas mobilizam algumas ideias recorrentes. Nesta seção, vamos discutir três delas: o binarismo de gênero, a idealização da maternidade e a complementaridade dos sexos.

O BINARISMO DE GÊNERO

A ideia de que mulheres e homens são radicalmente diferentes é muito recente, como mostra o historiador Thomas Laqueur. Foi inventada no século XVIII, como estratégia para driblar o ideal de igualdade, preconizado pela revolução francesa. Antes disso, os corpos das mulheres não eram considerados essencialmente diferentes, mas sim uma versão imperfeita dos corpos dos homens. A partir de então, os discursos da ciência passariam a justificar as desigualdades entre mulheres e homens, da mesma forma como mais tarde a pseudociência racial foi usada para defender a supremacia branca. Os cientistas se dedicaram a produzir obsessivamente indicadores de diferenças biológicas entre os sexos para provar que os órgãos reprodutivos das mulheres lhes dariam uma “natureza” passiva, emocional, maternal e doméstica. Em contraste, as características biológicas masculinas supostamente explicariam sua racionalidade, agressividade, responsabilidade e habilidade para

“Feminismo”

atuar na esfera pública. Essas diferenças passaram a ser consideradas “naturais”, incontestáveis e universais. Tornaram-se “verdades” científicas. A linguagem, o direito, a arte, a família, a religião, o governo, a educação, a política e o mundo do trabalho passaram a se organizar de forma binária e hierárquica, prescrevendo papéis femininos e masculinos fixos e lhes atribuindo valores desiguais.

A IDEALIZAÇÃO DA MATERNIDADE

O binarismo de gênero se tornou uma visão de mundo muito poderosa, incorporada inclusive pelas próprias mulheres. Para excluí-las de modo eficaz da esfera pública e dos espaços de decisão, essa visão definiu a maternidade como uma função “nobre” e “sagrada”, mesmo quando subordinada ao trabalho produtivo masculino. As tarefas de gestar, cuidar e educar foram idealizadas como a “dádiva” das mulheres à humanidade. Em troca, elas são consideradas as “rainhas do lar”. A isso chamamos ideologia maternalista.

Não à toa, essa ideologia foi e ainda é um dos pilares morais e políticos de governos autoritários. A filósofa feminista italiana Maria Antonietta Macciocchi aponta que um dos elementos comuns entre a Itália de Mussolini, a Alemanha de Hitler ou o Chile de Pinochet é a conexão fundamental entre a pátria (conferir verbete Patriotismo) e a feminilidade das mulheres como “reprodutoras da espécie”. Nos regimes nazifascistas as mulheres deviam procriar e cuidar de suas famílias, submetendo-se “voluntariamente” à autoridade patriarcal como mães, esposas ou filhas, para garantir “o futuro da nação”. Essa foi uma estratégia ardilosa para integrar as mulheres à “grande política”, ainda que elas não pudessem decidir sobre suas próprias vidas.

Estudos sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento dos anos 1930 inspirado no fascismo europeu, também apontam para a importância da participação das mulheres (conferir verbete Patriotismo). Renata Duarte Simões mostra como elas sustentavam o lema integralista “deus, pátria e família”, realizando atividades de educação, caridade e assistência social, bazares em benefício dos pobres, campanhas de alfabetização, fundação de escolas e lactários. Essas ações, vistas como ideais para as mulheres, contribuiriam para a formação de uma “prole sadia” e de uma “nação forte”.

A COMPLEMENTARIDADE DOS SEXOS

As desigualdades de gênero foram questionadas desde cedo, mas essas críticas se intensificaram com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e

“Feminismo”

com a expansão dos movimentos feministas, que desde o século XIX lutavam pela igualdade. Até o século XX, a igreja católica não precisou fazer maiores esforços para justificar a subordinação das mulheres na família, na sociedade e na própria igreja. Como mostra a pesquisadora Mary Ann Case, foi na primeira metade do século que o Vaticano começou a elaborar a doutrina da “complementaridade” entre os sexos para justificar, ou mesmo negar, as desigualdades entre eles.

Nesta doutrina, a igreja católica se apropriou dos discursos binários científicos para afirmar que as diferenças biológicas entre mulheres e homens eram necessárias porque produziriam papéis sexuais complementares e harmônicos. A teoria feminista, por sua vez, contesta o caráter natural das diferenças e desigualdades entre mulheres e homens e propõe que as diferenças de gênero são construídas, isso é, não são fixas e podem ser transformadas na vida social e nas experiências individuais. Para o Vaticano, essas concepções são vistas como ameaças à complementaridade dos sexos, à família e à própria preservação da humanidade. Esta visão católica foi absorvida por outras instituições e forças religiosas e também por atores seculares. Penetrou a arena política para questionar e barrar as mudanças mobilizadas por movimentos feministas e LGBT+. A noção da complementaridade entre os sexos está, portanto, no coração do ataque ao conceito de gênero (conferir verbete Ideologia de gênero).

DISCURSOS ANTIFEMINISTAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Os discursos antifeministas atuais tomaram forma num contexto em que, sob o impacto das lutas feministas, os direitos das mulheres estão assegurados em vários campos da vida social e política. Muito significativamente, essas reações, em geral virulentas, ao feminismo não questionam o direito das mulheres ao voto, à profissão e à educação. Elas atacam sobretudo o conceito de gênero, exatamente porque ele questiona a ideia de que a “natureza” criou dois sexos fixos e radicalmente distintos. Ou seja, hoje os opositores do feminismo defendem a igualdade jurídica entre homens e mulheres, desde que sejam mantidas as diferenças sexuais entre eles.

O FEMINISMO “DESTRÓI A FAMÍLIA”

A teoria de gênero abre espaço para questionar o modelo heterossexual e reprodutivo de família, contestando as relações desiguais e violentas que ele pode implicar. Também permite criticar a estigmatização de outras formas de família e expressões de feminilidade e masculinidade. Daí vem a acusação, por parte de setores conservadores, de que as feministas querem destruir a “família”,

“Feminismo”

incentivar a “desordem sexual”, a “promiscuidade” das mulheres, o lesbianismo, a “desvalorização” da maternidade, o aborto, a “feminilização” dos homens. Essas acusações também incluem uma suposta “sexualização” de crianças e adolescentes. Essas acusações mobilizam emoções e medos. Incitam o pânico moral de que a integridade das crianças, da família e da nação estaria ameaçada pelo feminismo.

O “MIMIMI” FEMINISTA DIVIDE A SOCIEDADE

Para a autora norte-americana Christina Hoff-Sommers, o “feminismo de gênero” fixou a imagem das mulheres como vítimas recorrentes dos homens, em lugar de lutar pela pauta “humanista” da igualdade formal e jurídica entre mulheres e homens. Segundo ela, essa igualdade já teria sido alcançada nos EUA. Mas mesmo assim, as feministas do gênero teriam produzido dados inflados de violência contra a mulher, para alimentar um discurso raivoso contra os homens. Tornaram-se assim “vitimistas ressentidas” que pregam o divisionismo social.

Com base nesse argumento, opositoras e opositores do feminismo insistem que as mulheres são “manipuladoras”, “violentas” e “criminosas”. Buscam e destacam notícias em que mulheres assassinaram seus filhos ou maridos, para provar que elas não são “vítimas”. Além disso, criticam, veementemente, leis de ações afirmativas, como cotas para mulheres e pessoas negras, e até mesmo repudiam a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio. Segundo tais vozes, essas são leis que criam “privilégios” femininos, que ferem a “igualdade” entre os sexos e tornam as mulheres dependentes do estado, que por causa disso estaria “inchado”. Também retratam os homens como “vítimas do feminismo”, desmoralizados, emasculados por mulheres que querem tomar seu lugar e estabelecer o “machismo às avessas”.

PARA CONCLUIR: FEMINISMOS EM DISPUTA

Estamos frente aos “espantalhos” construídos para estigmatizar o feminismo. Diante disso, cabe perguntar: O que é o feminismo, afinal? A cientista política Sonia Alvarez, por exemplo, define o feminismo como um campo heterogêneo, onde há tanto alianças como disputas. A depender do contexto, algumas vertentes podem ter mais visibilidade e recursos do que outras. Mas não existe um “comando central” que defina e imponha uma concepção única de feminismo. Ao contrário, as correntes feministas estão sempre debatendo e negociando seus projetos de sociedade.

Os avanços decorrentes das lutas feministas na política, no trabalho e em outras arenas estão longe de ter atingido seus objetivos ou mesmo de responder às demandas das mulheres. No mundo e no Brasil, muitas mulheres ainda não têm

“Feminismo”

cidadania plena, como direito a uma vida sem violência ou autonomia sobre seus corpos e desejos. E mesmo onde houve avanços, as desigualdades se recompõem sob novas formas, como é o caso da desigualdade salarial e da dupla jornada de trabalho feminina ou mesmo perdas de direitos que já estavam garantidos. Há mulheres que querem abortar com segurança, há outras que querem condições dignas para serem mães. Se existem aquelas que abdicaram da religião, também existem as que estão disputando as visões e práticas de suas igrejas. Se há mulheres que querem constituir arranjos diversos de família, também há as que estão lutando para se libertar de famílias opressoras. Muitas querem experimentar formas clássicas de feminilidade sem que isso implique subordinação, e outras contestam e querem ampliar as formas socialmente aceitas de feminilidade e masculinidade, sem sofrerem discriminação.

Como se vê, o feminismo foi criado por e para mulheres, mas não se trata de modos de pensar e fazer política que estão apenas voltadas para elas. O feminismo pensa o mundo, pois para superar a desigualdade, a discriminação e a violência que afetam as mulheres é fundamental transformar a cultura, a sociedade, as religiões, a economia, a política. E isso terá efeitos sobre a vida de todos. Por tudo isso, o feminismo continua relevante e a sua potência reside precisamente na sua diversidade. Não à toa, querem reduzi-lo a uma grotesca caricatura.

PARA SABER MAIS

Alvarez, S. E. (2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, 43, 13-56. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>.

Case, M. A. (2016). The Role of the Popes in the Invention of Complementarity and the Vatican's Anathematization of Gender. *Religion and Gender*, 6(2), 155-172. https://brill.com/view/journals/rag/6/2/article-p155_2.xml

Gouges, O. de. (2021). *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*. Câmara dos Deputados. (Obra publicada originalmente em 1791). <https://drive.google.com/file/d/1XDP7tRONBWD26N5YSzk5vBmAxVXF88lw/view>

Hoff-Sommers, C. (1994). *Who Stole Feminism? How Women Have Betrayed Women*. Simon & Schuster.

Macciocchi, M. A. (1979). Female Sexuality in Fascist Ideology. *Feminist Review*, 1, 67-82. URL: <http://www.jstor.org/stable/1394751>.

SIMÕES, R. D. (2014, jul. 28-ago. 08). *O jornal 'A Offensiva' e a mulher integralista* [Artigo apresentado]. XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e Práticas Científicas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/28/1400530746_ARQUIVO_AnpuhRJtexto.pdf

WOOLF, Virginia. (2014). *Um teto para todos*. Tordesilhas. (Obra publicada originalmente em 1929).

“Racismo Reverso”



“Racismo Reverso”

Em 10 de fevereiro de 2021, o deputado Anderson Moraes (PSL/RJ) protocolou uma queixa-crime na Delegacia de Combate a Crimes Raciais e Delitos de Intolerância contra Lumena Aleluia, participante do Big Brother Brasil 2021. Essa edição do programa contou com oito participantes negros, num grupo de vinte pessoas. Na cena que disparou a denúncia, houve desavenças entre Lumena Aleluia, que é negra, e a atriz Carla Diaz, que é branca. O deputado denunciou Lumena por “racismo reverso”, porque, durante os conflitos, ela disse que Carla era “desbotada” e “sem melanina”. No vídeo que documentou a entrega da queixa, lia-se o seguinte texto: “Protocolamos uma notícia crime contra a participante Lumena pela fala pejorativa e ofensiva generalizada à raça branca... Se fosse o contrário, o que seria igualmente crime, já teriam se mobilizado para combater o racismo”.

Alguns meses antes, um programa para *trainees* lançado pelo Magazine Luiza (a Magalu), exclusivamente voltado para a população negra, também havia provocado denúncias ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Nas denúncias, se alegava que as pessoas brancas haviam sido discriminadas pelo edital do programa. A Defensoria Pública da União (DPU) abriu uma ação contra a Magalu, acusando a empresa de estar fazendo ‘marketing de lacração’.

Esses dois acontecimentos mobilizaram a mídia e as redes sociais, provocando debates acalorados, e são apenas dois exemplos de como a acusação de “racismo reverso” tem sido ativada no Brasil. Tais eventos suscitam perguntas como: Existe mesmo “racismo reverso”? O que é “racismo reverso”? O crime de racismo previsto na Lei nº 7.716/1989 pode ser aplicado a uma pessoa negra? É possível falar de racismo sem considerar o legado de processos históricos que, durante séculos, desumanizaram as pessoas negras e indígenas? Vamos tentar responder a essas perguntas.

RACISMO

Segundo o dicionário Aurélio, racismo combina “raça”, derivada do italiano *razza*, e o sufixo -ismo. A palavra denota “preconceito e discriminação direcionados a alguém tendo em conta sua origem étnico-racial”; um “sistema que afirma haver uma raça considerada superior” ou “sistema que busca a superioridade de um grupo étnico-racial relativamente a outros”. Portanto, o termo racismo implica sempre superioridade ou privilégio de um grupo social sobre outros e/ou de uma pessoa sobre outra. Essas relações têm uma longa história em cujo cerne está a brutalidade secular escravocrata. Precisamos falar sobre “racismo reverso” para não apagar a memória e os efeitos da violência racial.

NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

No início dos anos 1960, o termo *racismo negro* foi usado quase que exclusivamente pela comunidade negra para nomear questões internas ao movimento negro envolvido na luta por direitos civis. Por exemplo, discussões sobre se a comunidade negra deveria sempre votar num candidato negro. Ou, dito de outro modo, se ser negra ou negro era condição imprescindível para que uma pessoa merecesse o voto da comunidade. A pergunta que se fazia era: não será isso uma outra forma de racismo?

No final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, porém, registra-se uma virada no uso do termo. Isso aconteceu por conta da intensificação das revoltas contra o racismo, do surgimento do movimento *black power* (poder negro) e da criação do Partido dos Panteras Negras (BPP) em 1966, na Califórnia. Essas mobilizações já começavam a alterar as relações de poder entre pessoas brancas e negras. A partir desse momento, tanto nas relações cotidianas quanto na mídia, o termo “racismo reverso” passou a ser usado por pessoas brancas contra militantes negras e negros, principalmente do movimento *black power*.

O termo “racismo reverso” foi incorporado ao léxico branco dos debates sobre raça como reação às políticas de reparação e restituição histórica dos direitos das comunidades negras. Frente à perda de poder e privilégios, pessoas brancas recorreram ao termo para criticar as políticas de ação afirmativa no campo educacional e no mercado de trabalho. Já no início dos anos de 1970, estudantes brancas e brancos, quando não eram admitidas e admitidos nas universidades, questionavam judicialmente os programas especiais para admissão de estudantes membros de minorias, com base na premissa de tratamento igual perante a lei. E o fizeram recorrendo ao bordão “racismo reverso” que simplifica, distorce e inverte o sentido político da palavra racismo.

Nos EUA, depois de quatro décadas de propagação do discurso do “racismo reverso”, essa política se desdobrou numa nova onda: as críticas e as ações sistemáticas contra a teoria crítica racial (TCR) que, ao colocar a raça no coração do direito e da política, reconheceu o racismo como histórico e estrutural. A TCR passou a compor, nos EUA, programas governamentais e a formação educacional. Atualmente, a acusação de “racismo reverso” tem sido acionada contra a TCR e contra quem a formulou, defende ou estuda.

“Racismo Reverso”

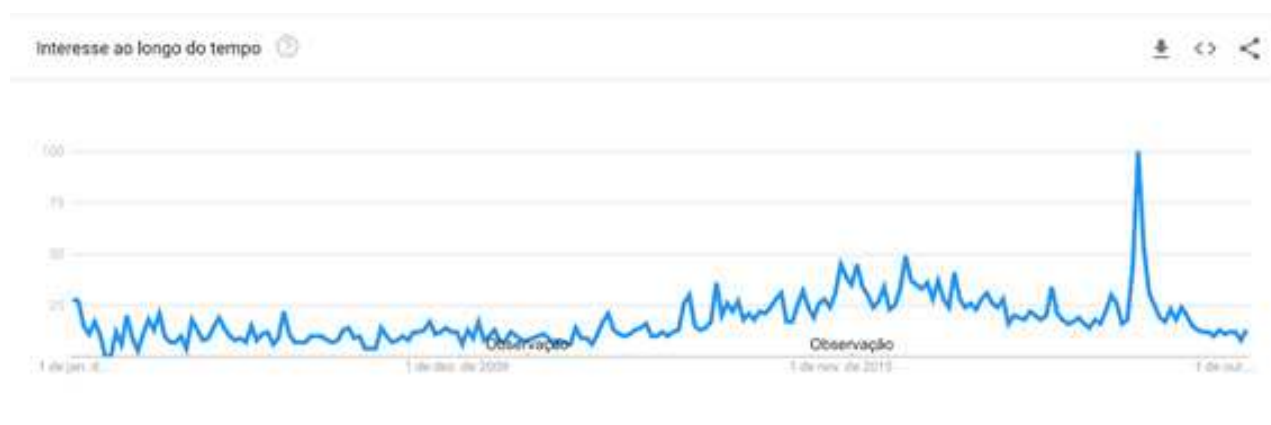
É importante lembrar que não é apenas nos EUA que essas tensões e controvérsias estão em curso. Há dinâmicas semelhantes nos países europeus, especialmente na França, onde a ideia de “racismo contra os brancos” circula desde a guerra de descolonização da Argélia nos 1950 e, hoje, é usada por grupos majoritários para repudiar as demandas antirracistas de grupos não brancos. Portanto, quando se acirram as tensões raciais, o “racismo reverso” é mobilizado para contestar uma forma de discriminação que não se justifica diante das desigualdades étnico-raciais estruturais, institucionais e cotidianas.

NAS PAISAGENS BRASILEIRAS

Palavras e ideias viajam carregando sentidos, mas não podem nunca ser entendidas fora de contexto. Quando recorremos ao *Google Trends* para verificar a frequência de busca de “racismo reverso” nos universos digitais estadunidense e brasileiro verificamos que, nos EUA (figura 1), o termo foi buscado de maneira constante no período entre 2004 e 2021. Já no Brasil, utilizando a mesma série temporal como comparação, as primeiras buscas registradas de “racismo reverso” se deram apenas em agosto de 2013 (figura 2). As consultas atingiram a maior incidência em novembro de 2020, mês em que o programa de trainees da Magalu foi atacado. Ou seja, há um hiato temporal grande no que diz respeito à incorporação do termo no vocabulário político nos dois países.

Figura 1

Busca da expressão “*reverse racism*” durante o período de 2004 a 2021, nos EUA.

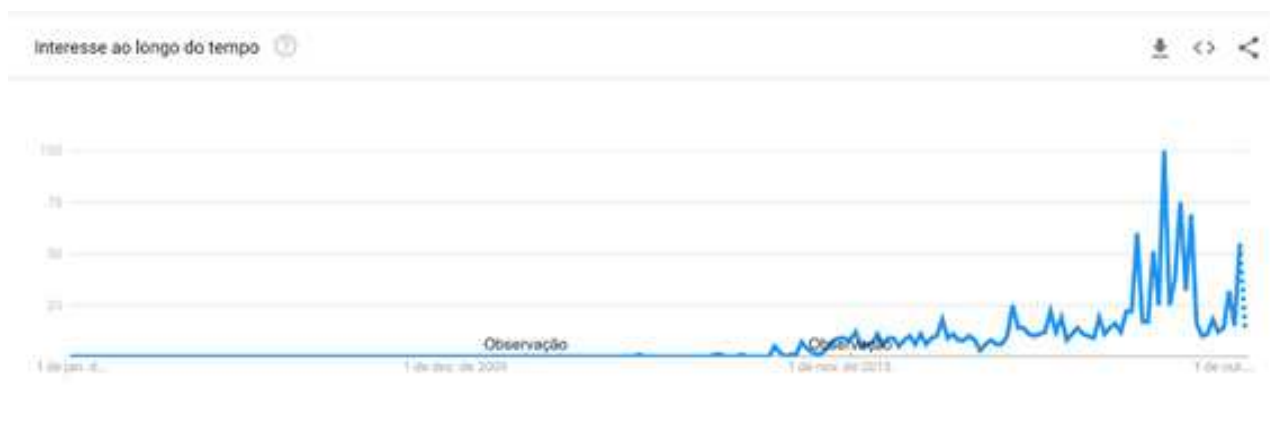


Fonte: *Google Trends*, consulta em 17/02/2022.

“Racismo Reverso”

Figura 2

Busca da expressão “racismo reverso” durante o período de 2004 a 2021, no Brasil.



Fonte: *Google Trends*, consulta em 17/02/2022.

Isso se explica pela singularidade da constituição histórica das relações raciais no Brasil, marcada pela ideologia da chamada democracia racial. Segundo a tese da democracia racial, não haveria nem racismo nem segregação racial no Brasil e, sendo assim, não haveria espaço político para que o bordão “racismo reverso” prosperasse entre nós. Como escreveu a feminista negra Lélia Gonzalez (2018), o racismo é a neurose cultural brasileira, ou seja: sempre apagado nas interpretações hegemônicas da formação social brasileira. A tese da democracia racial, assim, encobriu o tráfico e a exploração escravocrata que estão na origem da economia moderna brasileira, mistificando, no imaginário e nas práticas da sociedade brasileira, a miscigenação e as políticas de embranquecimento.

Esse cenário começa a mudar quando, a partir dos anos 1980, a ideologia da democracia racial foi ampla e sistematicamente contestada pelos movimentos negros. Expostas as realidades do racismo à brasileira, o passo seguinte seria a consolidação gradual de leis e políticas públicas de reconhecimento, reparação e restituição às comunidades negras e seus descendentes. São exemplos a Lei 7.716/1989, conhecida como Lei Caó, e a Lei nº 9.459/2013 que ampliaram as definições da Lei Afonso Arinos de 1951 com relação aos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Entre um momento e outro, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010). O Estatuto, ao contrário dos dispositivos legais anteriores, não é punitivo, mas reconhece a desigualdade racial como estruturante e estabelece diretrizes de políticas para sua correção e reparação às comunidades negras.

“Racismo Reverso”

Em 2004, a Universidade de Brasília instituiu duas formas de entrada de estudantes no ensino superior, sendo uma delas destinada ao sistema de cotas, com critérios socioeconômicos e étnico-raciais. Em reação, o partido Democratas (DEM) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma arguição de inconstitucionalidade da medida (ADPF 186/DF). O STF, contudo, decidiu pela constitucionalidade da política de cotas adotada pela Universidade de Brasília. Essa decisão foi fundamental para a elaboração e sanção da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012). A lei estabeleceu que todas as instituições de ensino superior teriam que, até agosto de 2016, destinar metade de suas vagas nos processos seletivos para estudantes de escolas públicas, seguindo critérios raciais e sociais.

Não é casual, portanto, que o termo “racismo reverso” tenha feito sua aparição no universo digital brasileiro em 2014 e não antes. Pois, assim como nos EUA dos anos 1970, o sucesso das lutas antirracistas e das reformas legais abriu o terreno para que essa categoria acusatória prosperasse - e cada vez com mais intensidade. No Brasil, desde a aprovação da Lei Caó, foi crescente o recurso à judicialização criminal de casos de racismo, discriminação e segregação racial. Como vimos, as pessoas e instituições que, desde 2014, têm mobilizado a categoria “racismo reverso” têm também recorrido ao Judiciário.

É preciso dizer que o bordão “racismo reverso” tem provocado muitas outras polêmicas para além dos debates sobre acesso às universidades e ao mercado de trabalho. Um exemplo disso foram as discussões acaloradas sobre o artigo “Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo” do antropólogo Antônio Risério, publicado na Folha de São Paulo em janeiro de 2022. No artigo, o autor defende a existência do “racismo reverso”, o que provocou intensos debates na mídia e nas redes sociais durante vários dias. Inúmeras vozes responderam ao artigo, argumentando que a tese de Risério nega o caráter estrutural do racismo na formação social e cultural brasileira. O episódio revela, entre outras coisas, a centralidade do “racismo reverso” nos debates políticos e ideológicos da sociedade brasileira em 2022.

O “PRIVILÉGIO” DOS POVOS ORIGINÁRIOS: “RACISMO REVERSO” NÃO DEBATIDO?

Em 24 de janeiro de 2020, Jair Bolsonaro disse em sua live semanal que “cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós”. A afirmação foi imediatamente contestada como racista e desumanizante pelas comunidades indígenas. A Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) solicitou à Procuradoria Geral da República (PGR) abertura de uma ação penal contra o presidente pela prática do crime de racismo, tipificado no artigo 20 da Lei Caó.

“Racismo Reverso”

Desde a conquista colonial, as comunidades indígenas brasileiras têm sido sujeitas à discriminação, predação e extermínio, baseados em suposições de superioridade racial. Embora existam narrativas que mistificam a contribuição dos “índios” para a identidade nacional, no imaginário e nas práticas socioculturais dominantes prevalece a racialização e subalternização dos povos indígenas. Esse é o fundamento da ação movida pela APIB contra a fala acima citada.

Dito isso, não se registrou ainda no Brasil o uso explícito de “racismo reverso” como acusação contra demandas por direitos dos povos indígenas. Por outro lado, a ideologia (conferir verbete) do “racismo reverso” está implícita na ideia de que os povos indígenas teriam privilégios, já que suas terras ocupam uma parcela que seria injustificável do território nacional. Essa ideia é propagada por setores do agronegócio, da mineração e até mesmo do estado.

Em janeiro de 2019, tão logo tomou posse, Jair Bolsonaro usou esse argumento ao propor que a demarcação das terras indígenas fosse transferida da Fundação Nacional de Apoio aos Indígenas (FUNAI) para o Ministério da Agricultura. Na ocasião, disse que “mais de 15% do território nacional é terra indígena e quilombola, mas menos de um milhão de pessoas vivem nesses lugares isolados”. Também disse que reservas e terras quilombolas ameaçam a integridade nacional e que os povos indígenas são manipulados por ONGs, evocando bordões típicos do nacionalismo extremado (conferir verbete Patriotismo). Em outubro de 2021, o argumento do “privilégio indígena” estava no cerne do debate em torno do chamado Marco Temporal, que restringe a posse de terra indígena a grupos que a ocupavam em 1988, então sob julgamento do STF.

PARA CONCLUIR

Segundo a artista e intelectual negra Grada Kilomba, se o racismo é a “supremacia branca”, as populações negra e indígena não dispõem de poder para serem racistas, pois ocupam posições subalternizadas na sociedade. O termo “racismo reverso” foi apropriado pelos grupos não negros e não indígenas como categoria acusatória para contestar visões antirracistas e políticas de ação afirmativa. Seu uso produz uma inversão: as pessoas que pertencem ao andar de cima no andaime do racismo estrutural se posicionam como vítimas.

Não se trata de aceitar ou rejeitar o termo “racismo reverso”. É preciso escapar dessa dicotomia para poder analisar e entender de onde veio e para o que tem servido politicamente esse bordão em outros países e, mais especialmente, no Brasil.

“Racismo Reverso”

Para entender seus efeitos, devemos considerar que, como sublinhou Kabenguele Munanga, o racismo é um crime perfeito, porque embora o crime exista, o racista nunca (ou quase nunca) se revela.

A tese implícita no “racismo reverso” deslegitima a luta antirracista, negando a complexidade e brutalidade do “etnocídio” e da dominação escravocrata que está na origem das práticas racistas atuais. Nesse sentido, é significativo que o Ministério Público do Trabalho tenha considerado o programa de *trainees* da Magalu como uma iniciativa legítima e legal, pois se destina a corrigir distorções históricas de acesso ao trabalho e ascensão profissional, decorrentes do vil passado escravocrata brasileiro.

Por fim, um dos possíveis efeitos do bordão “racismo reverso” talvez ainda esteja por vir. Basta olhar o cenário estadunidense, onde, após a vitória de Joe Biden, republicanos e intelectuais de direita têm atacado a teoria racial crítica (TRC) e seu ensino nas escolas públicas. No Brasil, esse reflexo poderá ser sentido nas ações afirmativas do mundo do trabalho e principalmente nas políticas educacionais, inclusive porque a Lei de Cotas será revista em breve. É preciso estarmos atentas e atentos. O bordão “racismo reverso” não é um problema menor, pois nega a perversidade histórica do racismo que o Brasil deve enfrentar.

“Racismo Reverso”

PARA SABER MAIS

Banks, J. (2021, ago. 13). *Behind the Critical Race Theory Furor*. The Nation. <https://www.thenation.com/article/politics/charles-koch-crt-backlash/>

Dantas, S., Ferreira, L., & Vêras, M. P. B. (2017). Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. *Revista USP*, 114, 31-44. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i114p31-44>

Gonzalez, L. (2018). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano*. Cobogó.

Ministério Público do Trabalho – Juízo da 15ª Vara do Trabalho de Brasília. (2020, out. 13). *ACPCiv 0000790-37.2020.5.10.0015*. <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/parecer-acp-dpu-x-magalu-13-10.pdf>

Moraes, A. [@deputadoandersonmoraes]. (2021, fev. 10). *Notícia crime contra integrantes do BBB!* [Home]. https://www.instagram.com/p/CLHM1Tqsi2W/?utm_source=ig_embed&ig_rid=70129bfe-e045-47ca-9692-4225d5872d6e

Oliveira, M. (2021, fev. 10). *Deputado do PSL denuncia participante negra do BBB por “racismo reverso”, que não existe*. UOL. <https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/deputado-do-psl-denuncia-participante-negra-do-bbb-por-racismo/>

Pinho, O. (s.d.) *Black Power*. Enciclopédia Latino Americana. <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/b/black-power>

Sexuality Policy Watch. (2022, jan. 24). *Identitarismo, racismo e jornalismo: compilação do debate brasileiro*. <https://sxpolitics.org/ptbr/identitarismo-racismo-e-jornalismo-compilacao-do-debate-brasileiro/12411>

Supremo Tribunal Federal. (2012, abr. 26). *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186*. <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>

“Racismo Reverso”

Tribunal Regional Federal da Primeira Região. (2020, jan. 27). *Processo N° 0003466-46.2019.4.01.3500 - 11ª VARA - GOIÂNIA N° de registro e-CVD 00003.2020.0011350 0.2.00724/00128*. <https://www.conjur.com.br/dl/clique-aqui-ler-decisao-racismo-reverso.pdf>

“Cristofobia”



“Cristofobia”

***E**m setembro de 2020, o termo “cristofobia” registrou alta frequência no Google Trends do Brasil. O motivo foi o discurso de Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), fazendo “um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à “cristofobia”.*

Este verbete resgata as origens dessa palavra, examina seus usos nos debates globais e, mais especialmente, no Brasil, onde começou a circular em meados da primeira década do século XXI.

DE ONDE VEM ESSE TERMO

O sufixo ‘fobia’ vem da palavra grega *phobos*, que significa medo ou aversão extrema a certos objetos, situações, animais ou pessoas. Para a psiquiatria, as fobias estão associadas ao aparecimento súbito de um medo irracional, injustificado e persistente. Em 1971, o psicólogo estadunidense George Weinberg criou o neologismo homofobia para descrever formas extremas de aversão a pessoas homossexuais. Nos anos 2000, o termo se desdobrou em lesbofobia e transfobia para descrever a discriminação contra mulheres lésbicas e pessoas trans.

O termo “cristofobia” surgiu também nos anos 2000 para descrever o que seriam manifestações de aversão a “cristo”. Esse uso distorce o sentido político do termo fobia, então usado para designar a repulsa a grupos discriminados e minoritários e que não se aplica a figuras históricas, mitológicas ou religiosas, como é o caso de Jesus Cristo. No mesmo período, criou-se o termo “cristianofobia” para nomear o vilipêndio a grupos cristãos minoritários em pelo menos cinquenta países, segundo mapa elaborado pela ONG Portas Abertas. O Brasil, contudo, não está nessa lista.

“Cristofobia” e “cristianofobia” apareceram no vocabulário político em contextos muito diversos e até mesmo contraditórios. No começo dos anos 2000, a dogmatização e polarização no campo religioso ficaram evidentes em todo mundo, enquanto também se ampliavam as demandas por direitos das pessoas LGBT+ em vários países, inclusive no Brasil. O reconhecimento dessas demandas provocou reações, especialmente no campo religioso conservador. Além disso, em 2001, o ataque às Torres Gêmeas e a “Guerra ao Terror” suscitaram uma onda global de rechaço à população muçulmana que reativou o termo “islamofobia”.

Em 2003, nos EUA, o teólogo e pastor da Igreja Metropolitana Thomas Bohache usou o termo “cristofobia” para descrever a rejeição pela comunidade LGBT+ a muitas igrejas cristãs. Segundo ele, essa fobia era uma reação a algumas doutrinas religiosas que repudiam, radicalmente, as homossexualidades, lesbianidades, transexualidades e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

“Cristofobia”

No mesmo ano, o termo foi usado num contexto muito diferente por Joseph Weiler, um conhecido jurista conservador. No livro *Europa cristã: Um ensaio exploratório*, Weiler afirma que a Europa deve celebrar o legado do iluminismo, mas que está desafiada a abandonar a “cristofobia” que teria caracterizado essa tradição intelectual. Essa tese foi retomada em 2004 por George Weigel, biógrafo do papa João Paulo II, no livro *O cubo e a catedral*. Esses textos atualizaram argumentos muito antigos sobre o lugar do cristianismo na cultura ocidental. Posteriormente, foram amplificados por outras vozes políticas do campo conservador.

Também em 2004, a ONU publicou o informe *Difamação das religiões e esforços globais para combater o racismo: Islamofobia, antisemitismo e cristianofobia*. O relatório foi elaborado por Dodou Diene, relator especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e formas correlatas de discriminação, na Conferência de Durban de 2001. Seu objetivo era chamar atenção e condenar as violações de direitos humanos decorrentes da crescente “islamofobia” global. Para assegurar uma abordagem equilibrada, o relator especial também incluiu evidências sobre o antissemitismo e casos de violência “cristianofóbica” que haviam acontecido como efeito colateral das invasões ao Afeganistão e ao Iraque.

Três anos mais tarde, o deputado conservador Mark Pritchard propôs no parlamento britânico um debate sobre a “cristianofobia” no discurso ‘politicamente correto’ (conferir verbete). Segundo Pritchard, o cristianismo estava sendo sequestrado por partidos extremistas e deveria ser protegido. Em janeiro de 2009, o pastor evangélico Rick Warren fez uma oração na posse de Barack Obama, e sua presença foi muito criticada em razão de suas posições homofóbicas. Ao defender-se das acusações, declarou estar sendo vítima de discurso de ódio e ‘cristofobia’.

NO BRASIL

Em agosto de 2008, a agência Reuters publicou uma nota informando que o Vaticano havia denunciado na ONU a crescente ‘cristianofobia’ em alguns contextos, comparando esses ataques ao antisemitismo e à islamofobia. A nota foi reproduzida por vários veículos, incluindo o jornal católico conservador *Gazeta do Povo*. Contudo, um pouco mais tarde, o termo “cristofobia” começaria a ser usado com muito mais intensidade. Começou a se popularizar a partir de 2010-2011, quando líderes evangélicos como Marcos Feliciano e Silas Malafaia passaram a usar cada vez mais ‘cristofobia’ em seus discursos, sermões, entrevistas e nas redes sociais. Nesse mesmo período, o jornalista Reinaldo Azevedo, em sua extinta coluna da revista *Veja*, foi outro grande propagador do bordão, tendo escrito vários artigos alegando que o cristianismo é a religião mais perseguida do mundo.

“Cristofobia”

Não é casual que o uso do termo pelo campo evangélico conservador tenha se estabelecido como reação aos debates sobre o Projeto de Lei 122/2006, que propunha a criminalização da homofobia, equiparando-a à discriminação, tal como definida na Lei 7.716/1989 de combate ao racismo. Essa reação seria ainda mais atizada pela decisão do STF de maio de 2011 que reconheceu a constitucionalidade da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Essa decisão foi posteriormente transformada pelo Conselho Nacional de Justiça em direito ao matrimônio igualitário (conferir verbete Ideologia de Gênero).

Um pouco mais tarde, em 2015, um episódio que alcançou grande visibilidade envolveu o uso político de ‘cristofobia’ como categoria acusatória. Na 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, uma performance da atriz trans Viviany Beleboni encenou o sofrimento de Jesus Cristo - a atriz, em uma cruz, simbolizava as agressões e violência letal a que a comunidade LGBT+ está submetida no seu dia a dia. A Associação das Igrejas Evangélicas de São Paulo mobilizou uma ação penal contra a atriz, com base no artigo do Código Penal que define o crime de vilipêndio religioso.

No ano seguinte, na Parada do Orgulho LGBT de 2016, a atriz desfilou com uma fantasia, representando a balança da justiça, e segurava uma bíblia com os dizeres bancada evangélica e retrocesso. Um ano mais tarde, foi agredida e espancada por cinco homens, sendo chamada de demônio enquanto os agressores pronunciavam versículos bíblicos.

O episódio intensificou a circulação de apelos contra “cristofobia” nos veículos religiosos e redes sociais. Cinco anos mais tarde, no carnaval de 2020, um dos carros alegóricos da escola de samba Mangueira trazia um crucifixo com um menino preto da favela com o corpo cravejado de tiros. Essa representação não causou o mesmo furor que a performance de Belliboni, sugerindo que o recurso à “cristofobia” como categoria acusatória é seletiva.

Esses fatos tiveram desdobramentos legislativos. Em 2015, o deputado líder do PSD à época, Rogério Rosso, apresentou uma proposta de projeto de lei para ampliar a punição do crime de ultraje a cultos religiosos. O texto se refere especificamente a participantes de Paradas LGBT que, segundo seu autor, “zombam e desrespeitam a fé dos cristãos... o que podemos chamar de ‘Cristofobia’... com a prática de atos obscenos e degradantes que externam preconceito contra os católicos e evangélicos”. Em 2019, o deputado Gilberto Abramo (Republicanos) levou à tramitação o PL 2.544/2019 que visa proibir e criminalizar o “vilipêndio de dogmas e crenças relativas à religião cristã sob forma de sátira, ridicularização e menosprezo”. O texto, porém, não menciona o termo “cristofobia”.

CONCLUSÃO

Os termos “cristofobia” e “cristianofobia” têm sido usado por correntes político-ideológicas muito heterogêneas. No Brasil, os setores religiosos neoconservadores usam predominantemente “cristofobia” para equiparar a crítica a doutrinas e práticas religiosas ortodoxas a atos de homofobia e transfobia ou então para afirmar que pessoas cristãs são vítimas sistemáticas da “esquerda”.

Esse uso levanta várias questões. Faz sentido usar o termo “cristofobia” num país em que a maioria da população é cristã, sendo 50% católicos e 31% evangélicos? Formas de discriminação que levam à violência física e à morte, como a homofobia e a transfobia, são, de fato, equivalentes às críticas ao dogmatismo religioso? Os dados estatísticos informam que o Brasil é um dos países do mundo com maior índice de assassinatos de pessoas transexuais, mas não se tem notícia de violência letal deliberada contra pessoas cristãs, sejam católicas ou evangélicas. No Brasil, as comunidades religiosas de matrizes africanas é que estão sujeitas a discriminação, opressão e violência. Segundo o Disque 100, entre 2015 e o primeiro semestre de 2019, foram 2722 casos de intolerância religiosa contra essas comunidades, uma média de 50 por mês. O mesmo se aplica a tradições religiosas indígenas, ainda que essas violações sejam menos conhecidas e debatidas.

No Brasil, o uso de “cristofobia” ativa sentimentos de medo e exclusão nas bases religiosas, mascara o extremismo religioso de determinadas correntes cristãs e preserva privilégios. Basta lembrar que, em 2021, forças ultraconservadoras católicas e evangélicas ocupam postos chave no aparato de Estado, não fazendo nenhum sentido, portanto, descrevê-las como vítimas de ‘cristofobia’. Na verdade, como observa o teólogo Ronilso Pacheco, há muita desigualdade de poder e de recursos financeiros, assim como discriminação intereclesial pelas inúmeras entidades religiosas que compõem o campo religioso cristão no Brasil. Nesse sentido, não é absurdo pensar que o espantalho da “cristofobia” também serve para ocultar essas disparidades e tensões.

“Cristofobia”

PARA SABER MAIS

Allen, B. (2008, dez. 30). *Rick Warren accuses critics of ‘Christophobia’* [Rick Warren acusa os críticos de ‘cristofobia’]. https://baptistnews.com/article/rick-warren-accuses-critics-of-christophobia/#.YfGK_rMLpM

Azevedo, R. (2013, fev. 13). *A cristofobia no mundo*. Veja. <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/4-a-cristofobia-no-mundo/> (Atualizado em 31 de julho de 2020)

Agência Pública. (2020, jul. 23). *Debate sobre cristofobia é estratégico para candidaturas ultraconservadoras, avalia pesquisador*. Carta Capital. <https://www.cartacapital.com.br/politica/debate-sobre-cristofobia-e-estrategico-para-candidaturas-ultraconservadoras-avalia-pesquisador/>

BBC News. (2007, dez. 4). *Christianophobia warning from MP* [Parlamentar faz alerta sobre a “cristianofobia”]. BBC. http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/7125521.stm

Bohache, T. (2003). Embodiment as Incarnation: An Incipient Queer Christology. *Theology & Sexuality* 10. 1355-8358.

Cameron, D. (2014, out. 18). *Minding our language* [Cuidando da nossa língua]. <http://www.troubleandstrife.org/new-articles/minding-our-language/>.

Casper, J. (2021, jan. 13) *Os 50 países em que é mais difícil ser cristão em 2021*. <https://www.christianitytoday.com/news/2021/january/perseguaao-aos-cristaos-perseguidos-2021-paises-lista-pt.html>

Chagas, T. (2012, ago. 12) *“Cristofobia” no Brasil: Marco Feliciano, Marisa Lobo e Julio Severo falam sobre o tema e as ameaças à liberdade de crença no país*. <https://noticias.gospelmais.com.br/cristofobia-marco-feliciano-marisa-lobo-ameacas-crenca-41229.html>

Instituto Humanitas Unisinos (2011, jan. 4) *Os fatos do Vaticano menos noticiados em 2010*. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/39581-os-fatos-do-vaticano-menos-noticiados-em-2010>

Ismia, K. (2020, Set. 24) *Entenda o conceito de cristofobia, mencionada por Bolsonaro em discurso na ONU*. <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2020/09/24/>

“Cristofobia”

[entenda-o-conceito-de-cristofobia--mencionada-por-bolsonaro-em-discurso-na-onu.html](#)

Redação RBA. (2020, fev. 24) *No desfile da Mangueira, o ‘Jesus da gente’ tem rosto negro, sangue índio e corpo de mulher*. Rede Brasil. <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2020/02/no-desfile-da-mangueira-o-jesus-da-gente-tem-rosto-negro-sangue-indio-e-corpo-de-mulher/>

Reuters. (2008, ago. 29). *Vaticano alerta para o crescimento da “cristianofobia”*. Gazeta do Povo. <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/vaticano-alerta-para-o-crescimento-da-cristianofobia-b5jay28nw6cc4vb07tq3v3qdq/>

Rizzardo, D. R. (2015, 9 de junho) *Cristofobia ou laicidade positiva?* <https://formacao.cancaonova.com/atualidade/sociedade/cristofobia-ou-laicidade-positiva>

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, (2019). *Projeto de lei 1086/2019*. <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/>

Rosso, R. (2015). *Proposição de projeto de lei*. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7FD4BC1D796AE0BF10C3D8CD6765732F.proposicoesWebExterno2?codteor=1345072&filename=Tramitacao-PL+1804/2015

United Nations, (2004). *Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and all forms of discrimination. Defamation of Religions and Global Efforts to Combat Racism: Anti-Semitism, Christianophobia and Islamophobia*. Economic and Social Council. Distri. General. E/CN.4/2005/18/Add.4.

Weiler, J. (2003). *Uma Europa cristã*. Principia.

"Patriotismo"



"Patriotismo"

***E**m setembro de 2021, com o agravamento da pandemia de covid-19 por conta da variante Delta, um jovem se apresentou num quartel do exército no Estado do Rio de Janeiro. Após horas de espera pelo atendimento numa sala cheia, ouve um oficial sem máscara fazer um discurso patriótico, afirmando que no exército não existe classe social nem se vê a cor da pele. A fala terminou com “Brasil acima de tudo”. Poucos dias mais tarde, um paraquedista também sem máscara que participava da manifestação do 7 de setembro em Copacabana disse em entrevista à imprensa: “Nós fizemos um juramento de dar a nossa vida pela pátria e nossa liberdade está ameaçada pelo STF”.*

Desde 2015, parte das forças da direita brasileira que tomou as ruas pedindo o impeachment de Dilma Rousseff clamava por uma intervenção militar em nome da “salvação da pátria”. Essas vozes evocam os “bons tempos” do regime militar (1964-1985) e, mais recentemente, têm invocado o artigo 142 da Constituição Federal, alegando que ele define as forças armadas como “poder moderador” da república. Essas mobilizações vêm de longe e tiveram nos atos de 7 de setembro de 2021 um marco: convocados a apoiar o governo Bolsonaro, os manifestantes subiram o tom de ameaça às instituições democráticas.

Este verbete resgata de maneira breve de onde vem a ideologia do “patriotismo”, a que serviu ao longo da história e, mais especificamente, como se inscreveu na história política e no imaginário social brasileiro. Esperamos que, embora concisas, as informações aqui oferecidas contribuam para a melhor compreensão de como o “patriotismo” renasceu com vigor nos últimos 20 anos e hoje é tema incontornável da cena política nacional.

UMA HISTÓRIA LONGA

Patriotismo vem da palavra grega *patriotés* (πατριώτης), composta por *patris* (terra natal) que por sua vez vem de *patér*, ou seja, pai. Na Grécia e em Roma, o termo era associado à lealdade à polis ou à república, significando apego à lei e ao bem comum. Esse sentido renasceu nas repúblicas autônomas italianas do século XV e ganhou novos contornos a partir do século XVIII, quando o estado-nação se tornou o modelo universal de gestão da vida política.

Um pouco antes da Revolução Francesa, o pensador Jean Jacques Rousseau associou patriotismo e nacionalismo à valorização dos traços políticos, culturais e também étnico-raciais de uma nação. Desde então, patriotismo e nacionalismo têm sido invocados por forças políticas e ideologias muito díspares, para aglutinar sociedades e estados nacionais que inevitavelmente têm tensões e desigualdades de várias ordens. A nação como comunidade imaginada se tornou um elemento indispensável dos discursos e lutas políticas.

"Patriotismo"

Contudo, o “patriotismo-nacionalismo” também tem sido muito criticado desde os tempos de Rousseau. No texto *O Patriota*, de 1774, o pensador inglês Samuel Johnson, por exemplo, se dedicou a demolir o “falso patriotismo” e ficaria conhecido pela frase dita um ano mais tarde: “o patriotismo é o último refúgio do canalha”. Nacionalismo e patriotismo são criticados sobretudo porque diferenciam, radicalmente, *nacionais de estrangeiros* e exaltam a superioridade de determinadas nacionalidades, tradições, raças ou etnias sobre outras.

No começo do século XX, o romancista e pensador russo Leo Tolstoy dizia que o patriotismo é estúpido, por afirmar que um país é melhor do que outros, e também imoral, porque instiga a guerra e a destruição. Cem anos mais tarde, o patriotismo estadunidense foi mobilizado com muita força, em resposta aos ataques do 11 de Setembro de 2001. Como sabemos, os efeitos desastrosos da Guerra ao Terror então deflagrada continuam conosco.

“PATRIOTISMO” NO BRASIL

Desde que o Brasil se tornou independente, várias pessoas e grupos políticos se voltaram para o patriotismo e o nacionalismo. Por um lado, o patriotismo inspirou o romantismo literário e as lutas abolicionistas do século XIX. Por outro, tornou-se lema das autoridades militares que instalaram o novo regime com um golpe em 1889. Embora o patriotismo e o nacionalismo sejam um traço forte da cultura militar, na primeira metade do século XX também motivaram artistas modernistas, comunistas, socialistas, integralistas e populistas. Entre essas muitas correntes, a que mais se apoiou no patriotismo foi o integralismo.

OS MILITARES

A forte adesão dos militares ao patriotismo é comum a todas as forças armadas por terem que defender a integridade territorial. Mas no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, essa adesão é ainda mais forte porque as forças armadas se envolveram com a política civil. Antes da Proclamação da República, os militares tiveram papel político crucial na supressão de rebeliões regionais e populares e lideraram muitas disputas políticas até ao golpe de 1964. Suas motivações foram bastante diversas. Tanto pediam reformas políticas e sociais para superar desigualdades e corrupção quanto a defesa da ordem vigente. Em 1964, o golpe militar teve como alvo o “comunismo” e recebeu o apoio dos EUA. O regime então instalado ficou no poder até 1985 e buscou tornar o Brasil uma “potência” semelhante aos EUA. Para ganhar adesão popular a esse projeto, precisou estimular um patriotismo extremo. O slogan da época era “Brasil: Ame-o ou Deixe-o”.

OS INTEGRALISTAS

O integralismo foi criado nos anos 1930 por um pequeno grupo de intelectuais. Entre eles, Plínio Salgado é muito relevante por sua longevidade política. Jornalista e escritor de formação católica, Salgado esteve envolvido com os modernistas da Semana de Arte Moderna de 1922 antes de viajar para a Europa em 1930. Na Itália, esteve com Mussolini e voltou ao Brasil encantado pelo fascismo, por ser um regime que “colocava a pátria acima dos interesses de classes e das disputas políticas inúteis do liberalismo”. Criou então a Sociedade de Estudos Políticos, berço da Ação Integralista Brasileira (AIB), lançada em 1932, cujo *Manifesto de Outubro* propunha um projeto de nação integralista, inspirado em concepções católicas de humanismo e numa visão orgânica da vida social e política. Num regime integralista, os partidos e demais estruturas do liberalismo político seriam substituídas por um sistema estatal hierárquico e corporativo, baseado nos municípios e em organizações sociais, especialmente sindicatos. Num país com pouco mais de 30 milhões de habitantes, a AIB teve mais de um milhão de afiliados. Ou seja, envolveu amplos setores populares, inclusive o proletariado.

Embora Gustavo Barroso, outro de seus líderes, fosse um ferrenho antissemita, a AIB nunca sustentou discursos de supremacia racial em relação às populações negra e indígena. Na verdade, elogiava a miscigenação racial do povo brasileiro, sendo uma ilustração disso a saudação *anauê* (termo tupi que, segundo seus líderes, era um brado de guerra indígena). Vale dizer ainda que a AIB teve adesão da população negra e que as mulheres foram intensamente recrutadas pela organização como sustentáculos da família, da tradição e do cristianismo. A impregnação cristã católica desse ideário permite caracterizar o integralismo como fascismo clerical, tal como o falangismo, o salazarismo e várias expressões fascistas latino-americanas.

A AIB, assim como outras correntes políticas do seu tempo, considerava legítima a violência política e tinha conexões nas forças armadas. Os integralistas tanto colaboraram com o governo Vargas quanto conspiraram contra ele. Em 1937, uma falsa ameaça de golpe comunista propagada por setores integralistas em associação com militares levou ao Estado Novo, e a AIB foi dissolvida. Em 1938, já na ilegalidade, tentou um golpe contra Vargas, e a derrota de seus líderes os levaria à prisão e ao exílio.

Plínio Salgado se exilou em Portugal e, de volta ao Brasil, anistiado, criou o Partido Republicano Popular (PRP), para defender uma “democracia cristã”. Quando a ditadura militar dissolveu os partidos políticos e criou um sistema bipartidário, a maioria dos integrantes do PRP, inclusive Plínio, agrupou-se na ARENA, alinhando-

"Patriotismo"

se aos militares. Como deputado da ARENA, foi relator do projeto do Decreto-lei nº 1.077/1970, que estabeleceu a censura prévia para extirpar divulgação de conteúdos deletérios, imorais e pornográficos. Plínio ainda fez vários discursos contra o “erotismo como estratégia comunista para desmoralizar os costumes e destruir a nação”.

Olíder integralista não foi, contudo, a única voz a propagar os ideais do movimento. Deve-se contabilizar também a influência de Gustavo Barroso e Miguel Reale, entre outros. Além disso, é importante lembrar que desde os anos 1930 também ganharam corpo no Brasil as correntes ultracatólicas, cuja ideologia tinha muitos pontos em comum com integralismo: repúdio visceral ao liberalismo e ao comunismo e um substrato doutrinário cristão católico. Sua voz mais longeva e expressiva foi Plínio Corrêa de Oliveira, o fundador da hoje extinta Tradição Família e Propriedade (TFP), cujo legado sobrevive no Instituto Plínio Corrêa de Oliveira.

“PATRIOTISMO” NO PRESENTE

Antecedentes dos discursos patrióticos contemporâneos podem ser identificados com muita intensidade tanto nos desdobramentos do integralismo quanto no âmbito militar. No caso do integralismo, o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), fundado em 1989 e extinto em 2006, é uma importante conexão com o passado. Seu eterno candidato à presidência, Enéas Carneiro, usava seu pouco tempo de TV para clamar bordões integralistas e tornou-se objeto de escárnio no folclore político nacional. E não é trivial que a primeira voz política a usar no país “ideologia de gênero” como categoria acusatória tenha sido um deputado do PRONA (conferir verbete Ideologia de Gênero).

Em 1999, foi criado o site do Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI), para disseminar os ideários do integralismo, usando os emblemas do movimento: a letra grega sigma e o mote *Deus, Pátria e Família*. Em 2001, em entrevista ao Jornal do Brasil, o fundador do CEDI elogiou o PRONA, mas tentou dissociar-se do fascismo histórico. Em 2004, foi fundada a Frente Integralista Brasileira (FIB), cujo site publicou em 2021 uma matéria sobre uma cerimônia de casamento integralista em São Paulo. Ecos do integralismo e também da TFP, sobretudo no que diz respeito ao ideário da família e dos valores cristãos, podem ser identificados na plataforma Brasil Paralelo, fundada em 2016.

Na noite de Natal de 2019, a produtora Porta dos Fundos foi atacada com bombas caseiras, em retaliação ao especial de fim de ano, veiculado pela Netflix, que

"Patriotismo"

parodiava a tentação de Cristo. Em seguida, três pessoas encapuzadas, falando em nome da família integralista brasileira, assumiram o atentado, em vídeo divulgado nas redes sociais. Vestiam camisas verdes, com a bandeira integralista ao fundo e a do Brasil Império na mesa. Em 2020, um grupo autodenominado 300 do Brasil montou um acampamento próximo à Esplanada dos Ministérios. Suas lideranças se declararam armadas e, no dia 14 de junho, atacaram o Supremo Tribunal Federal com fogos de artifício.

Também são numerosos os fios que conectam o passado e o presente do “patriotismo” como bordão no campo militar. Por exemplo, o lema bolsonarista “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” deriva do slogan “Brasil acima de tudo”, criado durante a ditadura pelo grupo de capitães paraquedistas Centelha Nativista, para combater a luta de classes e que, por sua vez, se inspira no lema nazista “Alemanha acima de tudo”. A ele foi adicionada a fórmula “Deus acima de tudo” que mobiliza bases eleitorais religiosas conservadoras de hoje e evoca o espírito cristão do integralismo.

“Brasil acima de tudo” também é o lema do Partido Patriota, partido de direita que escolheu esse nome a partir de uma enquete no Facebook após ter sido escolhido por Jair Bolsonaro para lançar sua candidatura à presidência. As outras opções da enquete incluíam uma homenagem ao Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) e outras três denominações: Pátria Amada Brasil (PAB), Patriotas e Republicanos.

Não menos relevante, o “patriotismo” se associa à cruzada contra o “marxismo cultural” (conferir verbete), que se desenrolou ao longo dos últimos vinte anos nos circuitos militares que repudiam e se ressentem da redemocratização. No livro *A Verdade Sufocada*, publicado em 2006 (livro de cabeceira de Jair Bolsonaro), o coronel torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra já escrevia que a guerra de tiros e canhões contra o comunismo estava superada, mas se fazia urgente uma batalha cultural para ganhar a mentalidade das massas.

PARA CONCLUIR

Em texto publicado no jornal Estado de São Paulo analisando o cenário do 7 de setembro de 2021 no país, Isabela Kalil fez a seguinte observação:

“Bolsonaro passou a dispensar apoio dos setores mais moderados, afastando-se do ‘cidadão de bem’ (conferir verbete). Os/as ‘patriotas’ são capazes de ‘dar a vida pelo país’. São apoiadores e apoiadoras mais radicais que consideram para si desfechos como

"Patriotismo"

matar e morrer ou mesmo ser preso, seja em nome da 'pátria', da 'liberdade' ou daquele que consideram um 'mito'."

Soa familiar, não? A mobilização "patriótica" do 7 de setembro de 2021, chamada para testar os limites das instituições democráticas, evocou com força as motivações, discursos e bordões dos conservadorismos extremos e fascismos de outros tempos. Mas há algo de novo nas cenas patrióticas do presente: convergências e interseções inusitadas, que não estavam dadas no passado, entre forças religiosas, setores militares e atores neoliberais ou entre "republicanos" e "monarquistas". Mas esse é assunto para um outro verbete.

"Patriotismo"

PARA SABER MAIS

Boldrini, A. (2017, jul. 31). *Bolsonaro escolhe o PEN para se lançar à Presidência em 2018*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1905884-bolsonaro-escolhe-o-pen-para-se-lancar-a-presidencia-em-2018.shtml>.

Dória, P. (2020). *Fascismo à brasileira*. Planeta. <https://amzn.to/3slRfnc>

Gazeta do Povo, (2018, out. 24). *'Brasil acima de tudo': conheça a origem do slogan de Bolsonaro*. <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/>

Gonçalves, L., NETO, O. (2020), *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. FGV Editora. <https://amzn.to/3gryJV1>

Manso, B. P. (2020). *A República das Milícias: Dos Esquadrões da Morte à Era Bolsonaro*. Todavia. <https://amzn.to/3HsVvrj>

Patriota. (2021, mai.18). In: *Wikipedia*. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Patriota_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Patriota_(Brasil)).

Patriotism. (2021, mai.18). In: *Encyclopædia Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/patriotism-sociology>.

Patriotismo. (2021, mai.18). In: *Wikipedia*. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Patriotismo>.

Ramos, A. P. (2014). O Integralismo, de Héglio Trindade, quarenta anos depois: uma crítica à sua recepção. *Antíteses* 7(14), 324-347. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193332875016>

Windle, J., Morgado, M., & Almeida, J. (2020, nov. 11). *Viagens Internacionais de um Slogan Nacionalista*. Contxt <http://contxt.letras.ufrj.br/blog/item/36-viagens-internacionais.html>